

# A política para as mulheres em Recife (2001-2016): memórias e olhares

Organização

Karla Galvão Adrião

Raissa Barbosa Araújo

Laerte de Paula Borges Santos

Marisa Dantas do Rego Barros

Arielson Marcello Alves do Nascimento



Editora  UFPE

[série] Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos | no. 8



[série] Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos | n° 9

# **A política para as mulheres em Recife (2001-2016): memórias e olhares**

**Organizadores**  
**Karla Galvão Adrião**  
**Raíssa Barbosa Araújo**  
**Laerte de Paula Borges Santos**  
**Marisa Dantas de Rego Barros**  
**Arielson Marcello Alves do Nascimento**

**Editora UFPE**  
**Recife/PE**  
**2019**

Copyright © Universidade Federal de Pernambuco, 2019

Publicações Especiais do Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana (LabESHU)

**Série** “Gênero, sexualidade e direitos humanos”

**Editores responsáveis:** Luís Felipe Rios (UFPE) e Luciana Vieira (UFPE)

**Conselho editorial:** Cristina Amazonas (Unicap), Fátima Lima (UFRJ), Ivia Maskud (IFF/Fiocruz), Jaileila de Araújo Menezes (UFPE), Karla Galvão Adrião (UFPE), Lady Selma Albernaz (UFPE), Marion Teodósio de Quadros (UFPE), Paula Sandrine Machado (UFRGS) e Viviane Mendonça (UFSCar).

**Organização:** Karla Galvão Adrião, Raissa Barbosa Araújo, Laerte de Paula Borges Santos, Marisa Dantas do Rego Barros e Arielson Marcello Alves do Nascimento.

Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana (LabESHU)

Coordenadores: Karla Galvão Adrião e Luís Felipe Rios

Av. Arquitetura, sem número, CFCH, 7º andar - Cidade Universitária, Recife, PE - CEP 50740-550

Telefone/Fax: (81) 2126-8273 | Site: [www.labeshu.com.br](http://www.labeshu.com.br)

DADOS DA EDITORA

Editora associada à ABEU

**Entrevistadores:** Adelle Conceição do Nascimento Souza, Céu Silva Cavalcanti, Daniele Cristine Cavalcanti Rabello, Francis Deon Kich, Giovana Meinberg Garcia, Nathália Diórgenes Ferreira Lima, Raissa Barbosa Araújo.

**Revisão:** Arielson Marcello Alves do Nascimento, Luis Felipe Rios do Nascimento, Marisa Dantas do Rego Barros.

**Diagramação:** Arielson Marcello Alves do Nascimento, Luis Felipe Rios do Nascimento.

Imagem: Emerson Pontes

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

P769 A política para as mulheres em Recife (2001-2016) [recurso eletrônico] : memórias e olhares / organizadores : Karla Galvão Adrião... [et al.] – Recife : Ed. UFPE, 2019. (Série Gênero, Sexualidade e Direitos humanos, n. 9).

Vários autores.

Inclui referências.

ISBN 978-85-415-1125-4 (online)

1. Mulheres – Recife (PE) – Condições sociais. 2. Mulheres – Recife (PE) – Política governamental. 3. Direito das mulheres – Recife (PE) – História. 4. Política pública. I. Adrião, Karla Galvão (Org.). II. Título da Série.

305.42

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2019-043)

## **Apresentação: como foi pensado esse projeto e a partir de quais diálogos**

Maria Conceição Costa

Secretária Executiva de Política para as Mulheres, gestão de 2015- 2016.

O ano de 2016 foi importante para a cidade do Recife, pois as mulheres puderam celebrar 15 anos de política pública voltada para elas. Nesses 15 anos, o que tiveram a comemorar, com muita luta ainda, foram as conquistas da pauta de gênero consolidada, com a instituição da Coordenadoria da Mulher (2001), a criação do Centro de Referência Clarice Lispector (2002), a criação da Secretaria Especial da Mulher (2010) e da Secretaria da Mulher (2013).

Assim, após um ano em que o país sofreria com a perda da Secretaria de Política para as Mulheres e, ainda em 2016, com a extinção do Ministério das Mulheres e com os ataques aos debates sobre gênero no campo da educação, foi possível refletir que o Recife colocou-se como um marco importante na preservação para com essa pauta, extremamente atacada pela onda conservadora que ali se avizinhava.

A então secretária da Mulher do Recife e a sua secretária executiva de política para as mulheres (em 2016), respectivamente, pensaram que a memória política deveria ser preservada e,

portanto, fortalecida com o ato de construção da trajetória dessas políticas, a partir das vozes daquelas outras gestoras que experienciaram essa posição de estarem no espaço executivo das políticas para as mulheres no município de Recife. Decidiu-se acompanhar esses percursos a partir de suas trajetórias pessoais e profissionais, contando um pouco do percurso anterior de militância, dado que todas as mulheres que estiveram à frente da política foram formadas no ativismo político social ou feminista.

Essas políticas desenvolvidas ao longo dos últimos 15 anos, foram exemplo para outras ações em outras regiões do Brasil, em especial a consolidação do Centro de Referência Clarice Lispector, o primeiro e principal equipamento da Secretaria da Mulher do Recife, que tem servido de modelo a ser seguido pelas respostas que foram dadas à questão do enfrentamento à violência contra a mulher no município e fora dele.

Outro marco deu-se no ano em que a Lei Maria da Penha completou 10 anos de existência, com a consolidação da lei do feminicídio, em que o Centro de Referência Clarice Lispector, comemorando também seus 14 anos, apresentou-se como o serviço de referência para acolhida das mulheres em situação de violência, no Recife. A sistematização dessa trajetória de uma política consolidada se daria através da construção de um livro com a memória das políticas municipais para as mulheres.

Portanto, para firmar esse momento foi pensado o projeto “Construindo a Memória da Política de Mulheres no Recife”, a partir

das falas das gestoras que estiveram à frente da gestão municipal ao longo desses 15 anos, contando como se deram as pautas e ações, tendo em vista a importância histórica para o município. Essa construção se daria, portanto, a partir do lugar de fala de quem fez a política se firmar de fato, em uma postura democrática de afirmar que no Recife preserva-se no cotidiano, uma gestão preocupada com as questões de gênero, em sua interface com outros marcadores de desigualdade, que busca minimizar os impactos causados por uma sociedade ainda machista e patriarcal, classista e racista.

Para permitir um trabalho com um olhar de pesquisa-intervenção, a partir de um referencial feminista na ciência, pensamos qual instituição realizaria este projeto de uma maneira ético-estético-política necessária. Em outras palavras, uma relação sem os entraves políticos das gestões executoras das políticas para as mulheres, viciados, e que partissem dessa postura de ciência politicamente situada? A escolha deu-se pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), uma universidade pública que tem uma produção rica nessas temáticas e que entende a problemática da gestão pública municipal, além ter militantes acadêmicas feministas abertas ao diálogo com a gestão pública independente de corrente político-partidária.

Assim, chegamos aos departamentos de Comunicação Social e de Psicologia da UFPE, vindo o departamento de psicologia a assumir a coordenação do projeto, através do grupo

de pesquisa-intervenção A Coletiva/Labeshu. Convidamos, em princípio, duas pesquisadoras professoras (A profa de psicologia Karla Galvão Adrião, e a profa de Comunicação social Ana Veloso<sup>1</sup>) que teriam essas características, de serem militantes oriundas de movimentos sociais, com trajetórias acadêmicas importantes para seus respectivos centros, além de possuírem uma produção teórica rica em relação à temática de gênero, na interface com outros marcadores de desigualdades. Dessa forma, buscamos fundamentar nosso projeto de modo a manter o compromisso ético-político, da gestão da época, sobre a preservação da história da trajetória das políticas para as mulheres na cidade do Recife.

A Secretaria da Mulher, em 2016, era composta por uma Secretária da Mulher(titular) e duas executivas, a Secretaria Executiva de Política para as Mulheres Secretaria Executiva de Articulação de Segmentos de Mulheres. Além dessas contava ainda com a Gerente Geral de Promoção à Cidade Segura para as Mulheres, à qual tinha diretamente ligados os seguintes equipamentos: o Centro de Referência Clarice Lispector, que acolhe as mulheres em situação de violência doméstica e sexual, além do Centro da Mulher Metropolitana Júlia Santiago. Contava

---

<sup>1</sup> A professora Ana Veloso ficou responsável pelo processo de audiogravação e de produção de um vídeo a partir das entrevistas realizadas. A professora Karla Galvão Adrião juntamente com integrantes d' A Coletiva/Labeshu ficaram responsáveis pela coordenação deste projeto que culminou na produção deste livro.

ainda, nas áreas de formação, fortalecimento e empoderamento econômico das mulheres com as gerências de Relações Intersetoriais, Fortalecimento Sócio-Político e Econômico, além da Gerência Geral de Gestão e Planejamento de Ações, esta última mais voltada à gestão da secretaria e dos recursos.

Assim, para nós o que fica é a certeza de que a política pública municipal para as mulheres do Recife, apesar das conquistas, ainda precisa avançar na consolidação da atenção às mulheres, sendo este muito mais do que um compromisso, uma ação de gestão que precisa ser preservada. Portanto, os governos futuros devem ter a responsabilidade de assegurar a manutenção e expansão dessa política pública, voltada às mulheres em sua diversidade, de forma a garantir para elas uma cidade segura, democrática, antirracista, antihomofóbica, antilesbofóbica e anticlassista.

## 1 Introdução

Este projeto foi gestado a muitas mãos, mentes e desejos. Tivemos como objetivo construir uma memória dos 15 anos de políticas públicas para as mulheres na cidade do Recife. Para isso, buscamos documentos de domínio público e o olhar das sete gestoras, de 2001 até o ano de 2016. Nesse sentido, temos uma memória que pode ser considerada uma parte, de tantas outras memórias e registros possíveis que não conseguiríamos apresentar em um único texto.

O encontro que proporcionou essa produção se deu através do convite da Secretaria Executiva que compunha a Secretaria da Mulher da Prefeitura do Recife, da gestão de 2016, ao Departamento de Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A equipe de coordenação se deu através 'dA Coletiva', grupo de extensão, pesquisa e ensino que compreende suas ações no campo da militância feminista decolonial. A Coletiva está vinculada à UFPE por meio do Laboratório de Estudos sobre a Sexualidade Humana (LABESHU).

Acreditamos em uma forma de pensar ciência politicamente situada. Investimos em uma postura ética, comprometida com processos de construção de justiça social. Dessa forma, não nos filiamos a modelos de verdades científicas que supervalorizam as

versões acadêmicas em detrimento dos saberes que pulsam fora dos muros das universidades. Por tudo isso, estamos ancoradas a uma perspectiva feminista pós-estrutural e decolonial de pensar a ciência e seus discursos, alinhados aos saberes locais que questionam as desigualdades de classe, raça, gênero, sexualidade, território, geração.

Nós da Coletiva somos mulheres e homens, transgêneras e cisgêneras, brancas, negras, de diversas orientações sexuais e distintos territórios, urbanos e rurais. Algumas de nós integram o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE, entre mestrandas, doutorandas e professora. Algumas são estudantes de graduação. Também somos profissionais sem vinculação acadêmica institucional, que atuamos em políticas para mulheres através do espaço governamental e de organizações não governamentais.

Acreditamos na importância política de questionarmos processos históricos de opressão e subalternização dos corpos e subjetividades das mulheres. Recife foi uma cidade pioneira no que se refere às políticas para as mulheres, tornando-se referência para municípios de Pernambuco e para outras cidades do Brasil. Esses registros escritos vão permitir que outras gerações conheçam as memórias dos últimos 15 anos.

E por que preservar uma memória? Porque acreditamos na potência de se manter acesa a história das políticas públicas voltadas para as sujeitas que têm suas vidas reiteradamente

silenciadas, de modo a nos colocarmos em um movimento permanente de tensionamento das estruturas sociais de dominação. Memória é poder.

Entendemos que as políticas públicas para as mulheres estão em fase de consolidação, muitas foram as conquistas e essas precisam ser registradas como forma de resistência e fortalecimento. A implementação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM) durante o governo federal do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, foi uma importante conquista do movimento feminista brasileiro para assegurar direitos como o enfrentamento à violência contra as mulheres e o incentivo à redes de serviços especializados. Após sua criação, vieram as demais secretarias estaduais e municipais, como forma de manutenção e capilarização das políticas voltadas a esta população.

Esta publicação foi construída a partir de alguns caminhos. No início, realizamos reuniões com a equipe da Secretaria da Mulher do Recife, de 2016, para pensarmos os objetivos gerais de nosso trabalho e traçarmos um cronograma. A partir daí foi definida que a memória das políticas públicas para as mulheres em Recife, se daria através da realização de entrevistas com as sete gestoras que estiveram à frente desta política nestes 15 anos. Em seguida, A Coletiva se reuniu para montar a equipe que executaria essa tarefa.

Com a equipe formada, pudemos construir nossos objetivos específicos e elaborar um roteiro de entrevista. O roteiro conteve quatro blocos: através do primeiro conhecemos as entrevistadas e suas trajetórias antes de tornarem-se gestoras públicas. No segundo bloco, buscamos compreender algumas de suas opiniões a respeito das políticas públicas para as mulheres. No terceiro, demos ênfase à estruturação de cada gestão e, no último bloco, abordamos o momento político contemporâneo.

A equipe da Prefeitura entrou em contato com cada uma das gestoras para formalizar o convite. Foi possível realizarmos cinco das sete entrevistas previstas, algumas dessas na UFPE e outras nos atuais locais de trabalho das entrevistadas. Nessa etapa contamos com o apoio do Laboratório de Imagem e Som (LIS), do Departamento de Comunicação da UFPE<sup>2</sup>. Todas as entrevistas foram audiogravadas e transcritas.

Em seguida, produzimos cinco textos baseados nas entrevistas e em registros documentais, especialmente o Diário Oficial do Município do Recife. Para apresentarmos as duas gestões que não pudemos conhecer através do olhar das gestoras,

---

<sup>2</sup> As entrevistas realizadas no LIS foram videogravadas para posterior edição e produção de um documentário sobre a política para mulheres no Recife, sob a coordenação da professora doutora Ana Veloso, ligada ao Departamento de Comunicação da UFPE.

criamos a estratégia de exclusivamente apresentar informações encontradas em documentos de domínio público.

Os capítulos produzidos a partir do olhar das gestoras foram apresentados individualmente a cada uma delas para que as mesmas pudessem revisar e aprovar o texto referente a sua gestão. Esse cuidado metodológico é reflexo da compreensão ética de que as produções textuais são de coautoria das entrevistadas.

Essa publicação está organizada através de sete capítulos que, de forma cronológica, apresentam as políticas das sete gestões. Seguimos o percurso da criação da Coordenadoria, transição para Secretaria Especial e, finalmente, Secretaria da Mulher do Recife. Convidamos você a nos acompanhar nessa jornada. Boa leitura!

**Karla Galvão Adrião**  
**Raíssa Barbosa Araújo**  
**A Coletiva**

## **2 Primeira gestão: a Coordenadoria da Mulher como um dispositivo estratégico para afirmação de direitos<sup>3</sup>**

Laerte de Paula Borges Santos

Nathália Diórgenes Ferreira de Lima

A Coordenadoria da Mulher da cidade do Recife foi criada em março de 2001, 2 após uma mudança na estrutura administrativa municipal. Inicialmente esteve vinculada ao gabinete do então prefeito João Paulo Lima e Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Andrea Butto, primeira gestora da Coordenadoria da Mulher do Recife (2001-2003), teve uma importante participação na gestação, criação e consolidação desse dispositivo estratégico para a garantia e afirmação das políticas públicas voltadas para as mulheres na capital pernambucana.

Andrea é militante feminista, cientista social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestra em Antropologia pela mesma instituição. Atualmente, é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e integra o Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES) do Programa de Pós-Graduação em

---

<sup>3</sup> As informações reunidas neste capítulo resultam de pesquisas em documentos de domínio público, em especial, do Diário Oficial do Município de Recife. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/diariooficial-acervo>

Antropologia da UFPE. Sua trajetória é marcada pelo trabalho com as questões de gênero, agricultura familiar e políticas públicas.

Foi secretária de Desenvolvimento Territorial e diretora de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário de 2010 a 2012. Também atuou junto ao SOS Corpo<sup>4</sup> – Instituto Feminista para a Democracia.

A sua gestão na Coordenadoria da Mulher teve início durante o lançamento do Projeto Março Mulher do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher. O Programa foi implantado com o objetivo de desenvolver ações de prevenção e promoção de saúde, sobretudo, nas questões ligadas à mortalidade materna, ao planejamento familiar e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Na ocasião em que Andrea foi apresentada à comunidade recifense como coordenadora da política para as mulheres, sinalizou-se a importância da criação de estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher.

Em maio de 2001, a Coordenadoria lançou, em parceria com outras secretarias municipais e com a extinta Legião Assistencial do Recife (LAR)<sup>5</sup>, um projeto de criação de uma brinquedoteca para

---

<sup>4</sup> Trata-se de uma organização feminista criada em 1981 com o intento de articular o movimento de mulheres em prol de uma sociedade mais igualitária e democrática. Informações disponíveis em: <http://soscorpo.org/>

<sup>5</sup> Ainda na gestão do Prefeito João Paulo, a LAR passou por uma série de ajustes para que fosse criado, no ano de 2003, o Instituto de Assistência

fomentar a participação das mulheres nas reuniões de debate do Orçamento Participativo (OP) da cidade. A ideia era que esse espaço fosse configurado como uma creche itinerante, instalada nas próprias reuniões, para que as mães tivessem com quem deixar os seus filhos enquanto discutiam o orçamento municipal.

Na plenária de discussão do Orçamento Participativo de julho de 2001, em que se debatiam as ações de governo prioritárias para o ano de 2002, as mulheres presentes decidiram que uma das prioridades dessa nova gestão deveria ser a “implementação de política de assistência e prevenção à violência contra a mulher, maior controle social e participação das mulheres nas políticas públicas da rede municipal de ensino e coordenação de ações para redução da pobreza das mulheres” (DOM-REC, 2001)<sup>6</sup>.

Em 23 de julho de 2001, foi sancionada a Lei Municipal nº 16.675 que dispõe sobre as prioridades orçamentárias do município para o ano de 2002, fruto de uma série de discussões sobre o orçamento junto com a comunidade. É interessante localizar, que em seu artigo 2º, inciso XIII, é colocada como prioridade de governo **“combater a desigualdade de gênero estabelecendo uma política que enfatize a atenção às mulheres em relação à saúde, oportunidades de trabalho,**

---

Social e Cidadania (IASC) - autarquia responsável por executar ações de média e alta complexidade da política de assistência social do município.

<sup>6</sup> Diário Oficial do Município de Recife. Recife, PE, 19 Jul. 2001.

## **assistência judiciária e ao seu reconhecimento do seu papel de chefe de família” (DOM-REC, 2001)<sup>7</sup>.**

Ainda em 2001, a Coordenadoria e suas parcerias desenvolveram um projeto que consistiu na criação de uma brinquedoteca para as crianças com o intuito de garantir a participação de mulheres nas plenárias do OP. Esse projeto foi um dos selecionados para o Fórum Mundial de Educação, que aconteceu em Porto Alegre (RS). Em dezembro do mesmo ano, foi criada a Comissão de Monitoramento da Violência Doméstica.

Outro importante passo foi o Programa de Assistência e Prevenção à Violência Doméstica e Sexista, implementando através do Decreto Municipal nº 19.193 de fevereiro de 2002, com propostas que envolviam a criação de um Centro de Referência, uma Casa Abrigo, a estruturação da rede de apoio nos serviços públicos municipais e o desenvolvimento de campanhas educativas. Coube à Coordenadoria da Mulher a responsabilidade pela gestão e articulação com as demais secretarias municipais, movimentos sociais e comunidade em geral.

Também no início de 2002, durante o carnaval, a Prefeitura do Recife, apoiada pela Coordenadoria da Mulher e pela Secretaria Municipal de Saúde lançou o Serviço de Prevenção à Violência, dando continuidade ao Programa de Assistência e Prevenção à Violência Doméstica e Sexista. Este contou com ações de

---

<sup>7</sup> Diário Oficial do Município de Recife. Recife, PE, 24 Jul. 2001.

orientação jurídica, atenção psicológica, distribuição de materiais informativos que tratavam da questão da violência contra a mulher e os encaminhamentos à rede de proteção.

Almejando visibilidade para o combate a violência de gênero, a Coordenadoria desfilou com o bloco 'Nem com uma flor'. O Bloco político carnavalesco passou a desfilar pelas ruas do Bairro do Recife distribuindo informativos com orientações para denúncia de violência contra a mulher.

O mês de março, em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, teve início com o lançamento da 1ª Conferência Municipal da Mulher. Outro evento ocorrido foi o ciclo de debates que discutiu "As reformas da política e reestruturação da rede governamental de assistência social". A discussão girou em torno da temática de "Gênero da Política de Assistência Social", e dentre as palestrantes estava a coordenadora da Mulher de Recife, Andrea Butto, que em sua fala salientou questões ligadas ao gênero e os seus desafios na esfera política:

Ela se referiu ao desafio das secretarias de reformular as políticas de assistência com o intuito de suprir as vulnerabilidades da política social e promover uma inclusão positiva da mulher nos programas e projetos da Prefeitura do Recife. Andrea Butto também estimulou a discussão sobre a situação da mulher na economia da cidade. Outro ponto destacado foi a mudança na composição e perfil da família no Brasil, tendo como foco especial o tratamento governamental das políticas dirigidas às

mulheres chefes de família (DOM-REC, 2002).<sup>8</sup>

Em abril de 2002, em uma realização da Secretaria Municipal de Saúde, da Coordenadoria da Mulher e Organização Não Governamental Grupo Curumim<sup>9</sup>, aconteceu o “Seminário Assistência Integral à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual”. Os debates tecidos colocaram em cena a questão da contracepção, da gravidez indesejada e também da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Além disso, salientaram a importância de que as ações desenvolvidas com mulheres violentadas, tanto pelos serviços especializados, quanto pelas entidades não-governamentais, precisavam ser conhecidas por diferentes atores da sociedade.

**Maio de 2002 foi marcado pela realização da I Conferência Municipal da Mulher, precedida de pré-conferências, nas quais foram eleitas 170 delegadas que ficariam responsáveis por mobilizar a comunidade recifense. Nesses espaços também ocorreram debates em torno de temáticas ligadas à situação da mulher na nossa sociedade, como violência doméstica, pobreza e**

---

<sup>8</sup> Diário Oficial do Município de Recife. Recife, PE, 16 Mar 2002.

<sup>9</sup> O Grupo Curumim atua com mulheres nas áreas de direitos humanos, saúde integral, direitos sexuais e reprodutivos, lutando pela igualdade étnico-racial e de gênero, pela justiça social e a democracia. Informações disponíveis em: <http://www.grupocurumim.org.br/site/index.php>

**saúde.** A Conferência teve como produto um documento com metas de promoção da igualdade de gênero, além da formação de uma comissão de trabalho para tornar possível a criação de um Conselho Municipal da Mulher.

No mesmo período, a Coordenadoria da Mulher também atuou junto à Secretaria de Assuntos Jurídicos do Recife. Foi sugerido o tema da violência doméstica para ser tratado em um curso de capacitação voltado para profissionais do judiciário.

Em agosto de 2002, as mulheres recifenses, representadas pelas delegadas escolhidas na Conferência da Mulher, reuniram-se para apreciar o anteprojeto de lei sobre a instituição do Conselho Municipal da Mulher que estava prestes a ser enviado pelo prefeito à Câmara de Vereadores. Nesse encontro, além da apreciação do texto do anteprojeto, as mulheres presentes discutiram a importância dos mecanismos de controle social nos diferentes espaços e serviços. A proposta era que o Conselho se instituisse como uma estratégia que atravessasse diferentes secretarias do município, de modo a fomentar debates e ações de promoção de igualdade, no tocante ao gênero, raça e orientação sexual.

No mês de setembro, ocorreu o I Seminário sobre os Direitos Sexuais e Reprodutivos, espaço que reuniu muitas mulheres. Para Andréa, “a data não poderia ser mais oportuna para promoção do evento, uma vez que a discussão sobre o direito da mulher decidir sobre o seu corpo é pauta constante nas discussões de gênero”

(DOM-REC, 2002).<sup>10</sup> Além disso, o secretário de saúde do Recife destacou o avanço nas ações do município ligadas à Saúde Reprodutiva e Sexual das recifenses, sobretudo a partir dos investimentos em programas de humanização do parto, da garantia do acompanhamento à gestante e do registro civil da criança na maternidade. Ainda em setembro de 2002, foi realizado o Seminário Internacional sobre Gênero e Educação, promovido pela Secretaria de Educação e pela Coordenadoria da Mulher, onde foram debatidos os impasses e possibilidades na implementação de uma política de gênero municipal.

Um mês antes do Dia Mundial de Luta contra a AIDS, aconteceu o Seminário “AIDS e Mulheres: O que os homens têm a ver com isso?” que foi fruto da articulação entre as secretarias de Saúde, de Orçamento Participativo e da Coordenadoria da Mulher. O Seminário contou com a participação de diversos profissionais de saúde, fomentando a discussão em torno das questões de gênero ligadas à epidemia de AIDS no Brasil, como o expressivo aumento de casos de mulheres acometidas pela doença nos últimos tempos.

**No dia 18 de dezembro, ainda de 2002, como continuidade às ações do Programa Municipal de Assistência e Prevenção à Violência Doméstica e Sexista, foram inaugurados dois importantes serviços de**

---

<sup>10</sup>

Diário Oficial do Município de Recife. Recife, PE. 28 set. 2002.

**acolhimento às mulheres vítimas de violência de gênero: a Casa Abrigo Sempre Viva, que inicialmente abrigaria 12 mulheres violentadas juntamente com seus filhos, e o Centro de Referência Clarice Lispector.** Com um corpo profissional formado por psicólogas/os, assistentes sociais, advogadas/os, educadoras/es sociais entre outros, esses equipamentos têm como objetivo desenvolver um trabalho de apoio e orientação às mulheres violentadas.

Durante a primeira gestão da Coordenadoria da Mulher as ações estiveram voltadas, sobretudo, para fortalecer os equipamentos primários de atenção às mulheres e gestar as políticas públicas voltadas para as mesmas. Além disso, fomentou o controle social em diferentes espaços que demandavam uma efetiva participação política e articulou um trabalho intersetorial que teve como mote o desenvolvimento de estratégias específicas para a diminuição das desigualdades de gênero e das condições de pobreza e marginalidade em que muitas mulheres se encontram envolvidas.

### **3 Segunda Gestão: consolidando ações e construindo uma política para as mulheres na cidade<sup>11</sup>**

Marisa Dantas de Rego Barros

Karla Magda de Melo Menezes é recifense, graduada em Marketing e especialista em Direitos Humanos e Gestão pública. Foi filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e foi supervisora parlamentar na Câmara dos Vereadores do Recife em 1998 e 1999, antes de atuar na política para mulheres na primeira gestão do prefeito João Paulo Lima e Silva (PT). Tomou posse como coordenadora na Coordenadoria da Mulher da Cidade do Recife em 2003 e esteve na gestão até julho de 2005<sup>12</sup>.

Sua gestão teve foco na saúde, na educação e nas questões de raça. Ganharam grande importância as mulheres gestantes e mães, as mulheres negras e as mulheres com baixa escolaridade. Karla coordenou diversos projetos em parceria com a Secretaria de Saúde do município, como a Caminhada contra o Câncer de Mama e as lutas por cirurgia plástica reparadora para vítimas de violência, ambas em 2003. Nesse mesmo ano foi formulado o Projeto de Lei Municipal nº 104, que dispõe sobre a realização, na rede pública, das cirurgias reparadoras para as mulheres que sofreram violência

---

<sup>11</sup> As informações reunidas neste capítulo resultam de pesquisas em documentos de domínio público, em especial, do Diário Oficial do Município de Recife. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/diariooficial-acervo>

<sup>12</sup> Ainda em 2003 Karla Menezes tirou licença maternidade por seis meses. Simone Souza assumiu a Coordenadoria da Mulher durante esse período.

ou que precisam do procedimento médico devido a acidentes e queimaduras. Em seu Artigo 4º, a lei justifica que a mulher de baixa renda sofre com a falta de recursos financeiros para acessar esse tipo de tratamento.

Outra ação importante, realizada em 2003, foi promovida em parceria com a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional. Esta financiou, por meio do Fundo para a Igualdade de Gênero (FIGE), R\$125 mil para a implementação de uma política de gênero no Banco do Povo<sup>13</sup>. A verba foi direcionada ao programa Igualdade de Gênero no Trabalho por meio de um curso, que levou o mesmo nome do Programa e buscou atender 300 mulheres pobres, negras e jovens usuárias das linhas de crédito para a mulher. O FIGE investiu, ao longo de 24 meses, em capacitação e treinamento para funcionárias/os e clientes do Banco do Povo a fim de melhorar o atendimento às mulheres empreendedoras do Recife.

Ainda em 2003, foi lançada a segunda edição da Revista Lilás, editada pela Coordenadoria da Mulher, que abordou temas ligados às políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero.

---

<sup>13</sup> O Banco do Povo é um programa da Prefeitura do Recife, desenvolvido pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. Tem como objetivo orientar e facilitar o acesso ao crédito, aos cidadãos e cidadãs que já têm ou pretendem abrir um pequeno negócio. O programa ainda conta com assessoria aos pequenos empreendedores desde a liberação do crédito até o pagamento dele.

**Uma importante conquista dessa gestão foi a criação do Conselho Municipal da Mulher, em 2003**, regido pela Lei 16.849/2003. Esse conselho é autônomo, deliberativo e busca combater a discriminação e promover a igualdade de gênero, de raça e de orientação sexual sendo vinculado à Prefeitura através da Coordenadoria da Mulher. O Conselho é composto por seis representantes do poder público municipal indicadas pelo prefeito, seis trabalhadoras do município e doze representantes da sociedade civil, sendo 30% das vagas reservadas para mulheres negras. Coordenado por três conselheiras eleitas em plenária, o Conselho deve ser mantido por crédito orçamentário anual advindo do Município do Recife.

O Orçamento Participativo (OP), iniciativa na qual delegados e delegadas da sociedade civil opinam sobre a verba pública municipal, foi de grande importância na gestão de Karla Menezes. Em 2003, foi instalado o Fórum Temático da Mulher no OP, que buscava visibilizar as questões das mulheres, permitindo a realização de ações em saúde, educação, desenvolvimento econômico, no combate à desigualdade de gênero e à violência contra a mulher. As participantes do OP são em maior parte mulheres pobres, chefes de família, negras e de baixa escolaridade segundo pesquisa do SOS Corpo – Instituto Feminista Pela

Democracia<sup>14</sup>. Apesar de serem a maior parte das participantes, são minoria das delegadas eleitas.

Também de acordo com a pesquisa, no ano de 2003, o orçamento total da Coordenadoria da Mulher oriundo do OP foi de R\$780 mil utilizados em ações de participação e controle social, educação não sexista, gênero e desenvolvimento econômico, violência contra a mulher e equidade de gênero na saúde. Já em 2004, foram investidos R\$1.592.539,73 que se dividiram entre as ações já citadas e Política de Gênero com Igualdade Racial e Coordenação da Política de Gênero.

Foi dessa Coordenadoria, em 2003, o Projeto Relações de Gênero no Programa de Saúde da Família no Recife (PSF), fruto de uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde que buscou entender como as questões de gênero estavam sendo tratadas dentro dos serviços de saúde. O Programa foi dividido em duas fases. A primeira constituiu-se de um mapeamento das questões de gênero presentes nas ações cotidianas do PSF. Esse diagnóstico fundamentou a segunda fase: capacitação de aproximadamente 1,5 mil funcionárias e funcionários do PSF sobre Gênero e Assistência à Saúde e o material bibliográfico da formação. O projeto obteve verba de R\$120 mil advinda do Ministério da Saúde.

---

<sup>14</sup> Para mais informações: FERREIRA, V.; SANTOS, J.; ÁVILA, M. B. M. Mulheres no orçamento participativo: estudo da experiência de Recife, na gestão 2001 - 2004. 2005. (Relatório de pesquisa).

O estudo<sup>15</sup> sobre o PSF foi realizado no ano de 2003, nas 114 equipes que estavam distribuídas pelas seis Regiões Político-Administrativas (RPA) do Recife. No lançamento do programa, Karla Menezes ressaltou<sup>16</sup> a importância da iniciativa dado o fato de que as mulheres são maioria das usuárias do sistema de saúde assim como a maior parte entre as profissionais. Essa pesquisa culminou na organização do Seminário Internacional sobre Políticas de Saúde e Gênero: o Programa Saúde da Família em Discussão, que ocorreu em agosto de 2004.

Em 2004, Karla acompanhou o encontro entre o prefeito e os grupos homossexuais da cidade e sua gestão propôs diversos cursos. Entre esses, os minicursos introdutórios sobre educação não sexista, anti-racista e não homofóbica que tinha como foco as relações de poder, o racismo e as relações de gênero além da homofobia. A luta pela questão LGBTT levou a Prefeitura a sancionar a Lei nº 26/2004 que tem como objetivo punir os atos discriminatórios à população LGBTT e instituir o Dia da Diversidade: 17 de abril. Nesse período, a Coordenadoria da Mulher ainda atuou no enfrentamento à violência e inaugurou, em novembro de 2004, o Núcleo de Assistência Judiciária Municipal

---

<sup>15</sup> Para mais informações sobre esse estudo, ver “Equidade de gênero e saúde: o cotidiano das práticas no Programa Saúde da Família do Recife” de Lília Blima Schraiber, publicado em 2005 no livro “Gênero e Saúde: Programa Saúde da Família em questão” / (Wilza Vilella e Simone Monteiro, organizadoras) — São Paulo: Associação Brasileira de Saúde Coletiva — Abrasco; Fundo de População das Nações Unidas — UNFPA, 2005, p. 39.

<sup>16</sup> Diário Oficial do Município de Recife. Recife, PE, 22 Jul. 2003.

Bárbara Rominna, sediada no Centro de Referência Clarice Lispector para o atendimento jurídico de mulheres em situação de violência.

**Após a realização de pré-conferências, ocorreu em 2004, a II Conferência Municipal da Mulher, que teve como tema "Recife mais igual: garantir e ampliar as conquistas das mulheres" e foi organizado pelo Conselho Municipal da Mulher junto à Coordenadoria.** As Conferências foram um grande passo nesse caminho, pois colocaram as mulheres como protagonistas na construção das políticas públicas.

Ganharam destaque na II Conferência temas referentes à saúde da mulher: a descriminalização do aborto, os programas de saúde para a mulher trabalhadora e a inclusão da perspectiva de gênero na política de saúde. O debate sobre a questão racial teve ênfase na reivindicação pela inclusão da discussão no currículo escolar e no estímulo à valorização do trabalho doméstico.

A Rede de "Mulheres Tecendo Economia Popular Solidária" nasceu no Recife, no dia 08 de março de 2005. A Rede foi criada com o objetivo divulgar e comercializar os produtos das mulheres integrantes dos diversos programas municipais de geração de renda. Desde então, a Coordenadoria da Mulher, em parceria com as Secretarias de Desenvolvimento Econômico, Saúde e Educação, passou a organizar uma feira nas dependências do térreo do edifício sede da Prefeitura.

Para enfrentar a violência contra a mulher, a Coordenadoria continuou contando com o Programa de Assistência e Prevenção à Violência Doméstica e Sexista, instituído desde 2002 via Decreto Municipal. Na gestão de Karla Menezes, a estrutura do Programa foi mantida com Centro de Referência Clarice Lispector e a Casa Abrigo Sempre Viva, além do bloco carnavalesco 'Nem com uma flor'.

Quando Karla deixou a Coordenadoria da Mulher em julho de 2005, foi nomeada secretária de Direitos Humanos e Segurança Cidadã do Recife. Ela deixou em seu cargo Dalvanice Nascimento, que atuava, até então, como coordenadora do Programa de Assistência e Prevenção à Violência Doméstica e Sexista.

#### **4 Terceira gestão: fortalecendo a participação popular para a política para as mulheres avançar<sup>17</sup>**

Giovana Meinberg Garcia

Mulher, nascida em Carpina, negra, católica, filha de pai trabalhador rural e mãe costureira. Esses são alguns marcadores da história de Dalvanice do Nascimento Araújo, coordenadora da Mulher do Recife no período de agosto de 2005 a março de 2007, durante a segunda gestão do prefeito João Paulo Lima e Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Hoje, com sessenta e dois anos, avó e mãe de três filhos, conta que não concluiu o ensino superior, tanto pelo fato de ter se casado com pouca idade, como também por seu intenso envolvimento nos movimentos sociais. Desde pequena, esteve inserida nos movimentos das trabalhadoras e trabalhadores rurais, auxiliando nas relatorias das reuniões dos sindicatos quando acompanhava o pai. Permaneceu na luta sindical até 1986. Trabalhou junto à Pastoral da Saúde e filiou-se ao PT nesse mesmo período. Seu percurso de militância esteve ligado à luta pelas questões da terra. Chegou a atuar também como técnica de gestão nas áreas de assentamento de Reforma Agrária.

---

<sup>17</sup> Esse texto foi construído a partir das respostas da gestora à entrevista, além de consulta a documentos de domínio público, em especial o Diário Oficial do Município do Recife (DOM-REC).

Aproximou-se da luta pelas mulheres no ano de 2003, quando passou a trabalhar no Programa de Assistência e Prevenção à Violência Doméstica e Sexista, assumindo posteriormente a gestão desse Programa a convite da então coordenadora Karla Menezes. Alguns anos mais tarde, quando Karla tornou-se gestora na recém criada Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã, a indicação de Dalvanice para a Coordenadoria da Mulher do Recife foi imediata. Em agosto de 2005, assumiu o cargo.

Dalvanice comentou que foi recebida por uma equipe preparada e comprometida com as mulheres que a acompanhou durante todo o período de sua gestão. Destacou a relevância do organograma e do planejamento da Coordenadoria estarem estruturados na sua chegada ao cargo, com metas estipuladas para cada ano, necessitando apenas de ajustes para cada realidade. A Coordenadoria, ligada ao gabinete do prefeito, era composta por diretorias temáticas e seis coordenações, cada uma correspondente a uma Região Político-Administrativa (RPA) da cidade.

Para Dalvanice, somente quando as mulheres sentirem-se valorizadas é que irão buscar os serviços ofertados e chegar a enfrentar a própria situação de violência. Por esse motivo, ela avalia ser necessário aproximar-se das mulheres com uma linguagem simples, para que entendam que há serviços específicos para as mesmas, principalmente as que moram nas periferias.

Além disso, é preciso direcionar as políticas para “as lésbicas, as negras, as brancas, as idosas, as deficientes. Todas as mulheres devem ser contempladas”.

**A realização da III Conferência Municipal da Mulher, em parceria com o Conselho Municipal da Mulher, o controle da participação social e o trabalho com o enfrentamento da violência contra a mulher são considerados pontos fortes de sua gestão.** Nessa construção, afirma que o maior desafio esteve na mobilização das recifenses nas comunidades, uma vez que, desde as pré-conferências, constatavam o esvaziamento do público nas reuniões. A partir do momento em que estreitaram a parceria com as lideranças comunitárias, ocorreu uma mudança no cenário e, dessa forma, foi possível reunir aproximadamente 400 mulheres para debater e deliberar as temáticas dessa edição.

No enfrentamento à violência contra a mulher, a parceria com a ONG Feminista Centro das Mulheres do Cabo<sup>18</sup> foi de grande importância. Dalvanice relata que à sua gestão coube a tarefa de fortalecer e garantir as ações em andamento. Naquele momento, o Centro de Referência Clarice Lispector já era considerado “um equipamento de referência de nível nacional e internacional”, fato que ressalta. Quando completou quatro anos de sua inauguração, estimava-se que mais de três mil mulheres

---

<sup>18</sup> Organização Não Governamental feminista que desde 1984 atua com mulheres populares do município do Cabo de Santo Agostinho. Informações disponíveis em: <http://www.mulheresdocabo.org.br/>

havam sido atendidas no Centro, dentre essas, cerca de 70 foram acolhidas na Casa Abrigo<sup>19</sup>. Dalvanice relatou que havia, anualmente, um encontro com usuárias que já haviam sido abrigadas com o fim de monitorar e acompanhar as que já estiveram em situação de risco de morte.

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, foi tema de diversas ações promovidas pela Coordenadoria nesse mesmo ano. Dalvanice destacou o debate com a sociedade sobre a criminalização da violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesse calendário, houve a realização de seminário específico para o tema, promoção de atividades educativas com entrega de material de divulgação sobre a Lei e o “apitaco”<sup>20</sup>, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã e com a sociedade civil.

No ano de 2005, os recursos investidos para a manutenção dos serviços de enfrentamento à violência contra a mulher foram de R\$ 454 mil, mais de um terço do orçamento da Coordenadoria

---

<sup>19</sup> Diário Oficial do Município de Recife. Recife, PE, 20 Dez. 2006

<sup>20</sup> Trata-se de uma estratégia feminista de utilizar apitos em ações de mobilização de rua para, através do barulho, chamar atenção para questões que necessitam de mudança social.

da Mulher daquele ano, segundo pesquisa publicada pelo instituto feminista SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia<sup>21</sup>.

Durante essa gestão, importantes parcerias com a Secretaria Municipal da Saúde foram realizadas no tocante ao enfrentamento à violência de gênero. No primeiro semestre de 2005, a Maternidade Professor Arnaldo Marques, localizada no bairro do Ibura, tornou-se a terceira unidade de referência no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e sexista para a realização do aborto legal. O equipamento passou a ter uma equipe multidisciplinar e a contar com serviços de saúde, social, jurídico e com o apoio da Coordenadoria da Mulher e do Centro Clarice Lispector.

Em 2006, a Secretaria de Saúde do Recife criou o Protocolo de Assistência Integral à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Sexista para orientar profissionais de saúde em atendimentos às mulheres violentadas e, através do Decreto Municipal nº 21.970 de maio do mesmo ano, regulamentou o procedimento de Notificação Compulsória de Violência contra a Mulher em serviços de assistência à saúde, públicos ou privados, de urgência e emergência.

---

<sup>21</sup> Para mais informações: FERREIRA, V.; SANTOS, J.; ÁVILA, M. B. M. Mulheres no orçamento participativo: estudo da experiência de Recife, na gestão 2001 - 2004. 2005. (Relatório de pesquisa).

Também nesse ano a Comissão Intersectorial de Saúde da Mulher foi instalada no Conselho Municipal de Saúde do Recife. Essa comissão consolidava a implementação da Política de Saúde no município, garantindo a equidade de gênero nesse eixo. Em sua composição estava uma representante da Coordenadoria da Mulher, além de representante das usuárias, dos movimentos, das entidades formadoras e da própria Secretaria da Mulher de Pernambuco. Com isso, a Coordenadoria pode acompanhar, auxiliar na implementação e oferecer subsídios para a política de Atenção à Saúde da Mulher do Recife.

Ainda em 2006, a Coordenadoria ofereceu diversos cursos às mulheres que estavam, ou estiveram, inseridas nos serviços de enfrentamento à violência, com o objetivo de fortalecê-las economicamente. As capacitações foram ofertadas tanto nesses serviços, como nas próprias Regiões Político-Administrativas (RPA). A prioridade era a formação política e cidadã além da preparação das mulheres para o mercado de trabalho. Muitas dessas mulheres participaram da Feira 'Mulheres Tecendo a Economia Popular Solidária'. Entre os anos de 2005 e 2006, a feira ocorreu por 14 meses, com cerca de 80 mulheres expondo e comercializando seus produtos

No início dessa gestão, a Prefeitura do Recife conquistou o primeiro lugar no Concurso da Rede Mercocidades<sup>22</sup>, sobre

---

<sup>22</sup> Rede de cidades dos países do Mercado Comum do Sul - Mercosul, criada para integração regional, abrangendo 270 cidades da Argentina, Brasil,

experiências inovadoras de políticas sócio-produtivas com a perspectiva de gênero em cidades do Mercosul. O projeto vencedor foi “Estratégias de Igualdade de Gênero no Trabalho”<sup>23</sup>. Seu objetivo foi capacitar mulheres no gerenciamento de negócio e apoiar a construção de seus empreendimentos com a parceria com o Banco do Povo<sup>24</sup>, através da realização de empréstimos. Nesse período, houve aumento do acesso ao crédito para as mulheres, que corresponderam a 61% das pessoas que acessaram ao crédito liberado pelo Banco.

A inserção das agendas pautadas pelas mulheres artesãs se deu, principalmente, junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com a intensificação das reuniões mensais, das realizações de capacitações e das feiras, possibilitando a geração de novos empregos. Já as questões das mulheres negras foram incorporadas nas comunidades, com a realização dos cursos. A Coordenadoria também aproximou-se das demandas das mulheres com deficiência após o tema ter sido deliberado na Conferência Municipal da Mulher.

Foram desenvolvidas ações com as mulheres lésbicas, através das atividades do Agosto da Diversidade e do Mês da

---

Uruguai, Venezuela, Chile. Informações disponíveis em:  
<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/03/12/2012/recife-e-o-mais-novo-membro-do-conselho-politico-da-rede-mercocidades>

<sup>23</sup> O projeto foi implantado em 2004 e realizado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a ONG Casa da Mulher do Nordeste.

<sup>24</sup> Sobre Banco do Povo, ver Capítulo 2 desta publicação.

Visibilidade Lésbica<sup>25</sup>. Embora pouco efetivo, comenta também que realizou algumas ações junto às profissionais do sexo, com a incorporação de suas oficinas nos eventos do 08 de março. De acordo com Dalvanice, o público principal das políticas para as mulheres durante essa gestão era formado pelas negras, idosas, empreendedoras e as que compõem as associações, grupos e movimentos sociais.

As ações da Coordenadoria eram programadas a partir das discussões das Conferências Municipais da Mulher, do OP e do Fórum de Gestores da Prefeitura do Recife. As questões sobre enfrentamento à violência e de participação e controle social sempre foram prioridades. Na execução das atividades, Dalvanice esteve a todo momento dentro das comunidades, o que ela considera um diferencial: “Eu não fiquei só no gabinete. Eu ia para dentro das comunidades fazer. Eu conhecia as mulheres, todas as RPA, todas as lideranças”.

A captação de recursos para a Coordenadoria acontecia, de forma geral, dentro da própria Prefeitura, através da destinação decidida no Orçamento Participativo (OP). Existiam, ainda, repasses do Governo Federal, direcionados a partir de editais

---

<sup>25</sup> A primeira discussão dentro do Conselho Municipal da Mulher sobre o reconhecimento da lesbianidade foi realizada em 2006, com rodas de diálogos promovidas pela Secretaria Direitos Humanos e Segurança Cidadã a partir dos seguintes temas: “Lesbianidade e direitos humanos: o que o Conselho tem a ver com isso?” e “A Mulher negra e visibilidade lésbica”.

públicos. Segundo Dalvanice, também havia um projeto, de controle e participação social, cuja verba vinha em Euros.

O fortalecimento e manutenção do Centro de Referência Clarice Lispector e da Casa Abrigo Sempre Viva foi, para Dalvanice, um trabalho muito gratificante. Ela relatou que o principal desafio foi não ter o quadro profissional contratado diretamente pela Prefeitura. Essa era uma dificuldade que havia se perdurado desde a primeira gestão da Coordenadoria da Mulher. Em 2007, o contrato com o Centro de Mulheres do Cabo para a execução das ações do Centro de Referência e da Casa Abrigo foi encerrado – fato que marcou o final de sua gestão<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup>

Para maiores informações, ver Capítulo 4.

## 5 Quarta gestão: reconstruindo a política de enfrentamento à violência de gênero<sup>27</sup>

Francis Deon Kich

Juliana Cesar foi coordenadora da política para mulheres no Recife entre os anos de 2007 e 2010. Atuou na gestão do prefeito João Paulo Lima e Silva (PT) e do seu sucessor, João da Costa Bezerra Filho (PT). Atualmente, trabalha na Gestos<sup>28</sup>, uma Organização Não Governamental que atua com foco em HIV, gênero e direitos humanos.

Advogada, formada em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com área de concentração em Direito Público e foco em Direito Internacional e Direitos Humanos. Juliana é especialista em Ciência Política, também pela UFPE, com aprofundamento em Democracia e Direitos Humanos. Trabalhou por três anos no Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP)<sup>29</sup>, no Programa DH Internacional<sup>30</sup>.

---

<sup>27</sup> Esse texto foi construído a partir das respostas da gestora à entrevista além de consulta a documentos de domínio público, em especial o Diário Oficial do Município do Recife (DOM-REC). A versão final desse texto levou em consideração a leitura e concordância de Juliana Cesar.

<sup>28</sup> Fundada em maio de 1993, a Gestos atua junto às pessoas soropositivas para o HIV e às populações vulneráveis às doenças sexualmente transmissíveis. Informações disponíveis em: <http://www.gestos.org/>

<sup>29</sup> O GAJOP foi fundado em 1981 por um grupo de advogados que desejava trabalhar a educação jurídica popular. É uma entidade da sociedade civil de promoção e defesa dos Direitos Humanos que atua na área de justiça e segurança. Informações disponíveis em: <http://www.gajop.org.br/>

<sup>30</sup> Este Programa tornou-se referência ao acionar os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, de forma a contribuir para

Em outubro de 2003, foi convidada a coordenar o Projeto Justiça Cidadã pela Prefeitura do Recife, vindo a ser nomeada Diretora da Assistência Judiciária em 2005, quando começou a colaborar com a Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã como diretora de Direitos Humanos.

Algumas de suas experiências com relação à temática de gênero, antes de assumir a Coordenadoria, foram: suporte a demandas do Centro de Referência Clarice Lispector e da Casa Abrigo Sempre Viva; atuação como conselheira da Mulher desde 2003, sendo parte da Comissão de Recebimento de Denúncias de Violência Contra a Mulher do Conselho e da Comissão de Prevenção à Violência Contra a Mulher ; e participação em duas Conferências Municipais do Recife (2004 e 2006), uma Conferência Estadual de Pernambuco (2004) e na I Conferência Nacional da Mulher (2004).

De acordo com Juliana, a violência contra as mulheres sempre foi uma temática que a atraiu. Considera que a política para mulheres deve reverberar para todas mesmo entendendo que são afetadas pelo machismo de forma diferenciada. Observa essas diferenças a partir dos marcadores de raça, classe, orientação sexual, identidade de gênero e região.

---

que entidades e grupos sociais da região nordeste, principalmente, pudessem acessar com facilidade o sistema da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU). Informações disponíveis em: <http://www.gajop.org.br/>

Para a gestora, os direitos das mulheres ainda não estão garantidos, por isso há a necessidade de pensar em políticas específicas na gestão e não apenas políticas transversais. É preciso trabalhar a conscientização e agir de forma contra hegemônica para provocar mudanças na sociedade patriarcal: agregar, monitorar a política, utilizar as reuniões, articular as diversas secretarias do município e outros organismos de políticas para as mulheres. Acredita que a política para mulheres deve estar refletida em diferentes âmbitos da esfera governamental. Ela usou como exemplo a articulação de questões de gênero, habitação e posse da renda: o título de posse das moradias populares, construídas pela Prefeitura do Recife, passaram a ser das mulheres, assim como a renda do Bolsa Família<sup>31</sup>, garantindo maior autonomia para as mesmas.

A entrevistada afirma que lutar pelos direitos das mulheres é lutar por democracia. Quando questionada para quem essas políticas afirmativas devem atuar, foi enfática: “para todas as mulheres!”. Em seguida, apresentou especificidades:

“Acredito ser fundamental que a gente supere algumas questões com relação à raça, por exemplo. Acho primordial a gente desconstruir esse mito que temos sobre igualdade racial, principalmente quando se reporta às mulheres, porque se você vai fazer os recortes por raça e por sexo, as mulheres negras estão sempre nos

---

<sup>31</sup> Criado em 2003, pelo então Presidente Luis Inácio Lula da Silva, o Bolsa Família é um programa de transferência de renda para o combate à pobreza. Informações disponíveis em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>

piores indicadores e sabemos que isso é verdade”.

Juliana reconhece que queria ter estreitado mais laços com as mulheres trans (transexuais, travestis, transgêneras) em sua gestão. “Inclusive na vida prática, tem a questão da orientação sexual, da identidade de gênero e da expressão de gênero. Tem que ter trabalho específico para promover o reconhecimento das mulheres trans como mulheres, com todos os direitos que as mulheres têm. Acabar com esse separatismo”. As ações para esse público se deram através do diálogo com a AMOTRANS<sup>32</sup> e com o Fórum LGBT de Pernambuco<sup>33</sup>. Foram realizados, nas datas comemorativas, debates e seminários que eram protagonizados pela Secretaria de Direitos Humanos do Recife.

A Coordenadoria da Mulher passava por um contexto de dificuldades na época em que Juliana foi convidada para assumir a gestão. O Centro de Referência Clarice Lispector e a Casa Abrigo Sempre Viva, desde a criação, eram viabilizados através de convênios executados por organizações sociais, que garantiam a contratação de pessoal. Em um dado momento, entretanto, o Tribunal de Contas recomendou que houvesse mudança nestes procedimentos. Ficou evidente a necessidade do reforço jurídico na

---

<sup>32</sup> Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco. Associação civil criada em 2008. Informações disponíveis em: <http://amotrans.blogspot.com.br/>

<sup>33</sup> Articulação de movimentos sociais que atuam na defesa dos direitos humanos, formado por sociedade civil organizada e ativistas independentes. Informações disponíveis em: <http://flgbtpe.blogspot.com.br>

Coordenadoria para garantir a continuidade dos serviços. Porém, não havia perspectiva de concurso público para a contratação do quadro funcional. O fato de ser advogada e entender sobre o processo da construção de convênios contribuiu para que fosse convidada à função de Coordenadora da Mulher.

Durante esse período, o organograma da Coordenadoria contava, além da gestora, com duas coordenações; uma coordenação temática e uma regional. Havia também seis pessoas que coordenavam cada uma das Regiões Político Administrativas (RPA) e faziam o cruzamento das demandas temáticas e geográficas. Existia também uma equipe administrativa e financeira, que ordenava as despesas.

Nesse momento, o orçamento da política para as mulheres estava vinculado ao gabinete do Prefeito e era a Coordenadoria quem decidia as prioridades. “Nós tínhamos nossa autonomia nesse ponto com os valores. A gente ordenava as despesas, eu era responsável pelos gastos e pelas assinaturas”, relatou Juliana. Ao mesmo tempo, aconteciam as tentativas de captação de recursos através de editais públicos. Na época, **o Governo Federal lançava os editais através da Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR)**. “Foi uma época em que houve grande suporte do Governo Federal, a SPM ampliou muito o leque,

**montou toda uma estruturação de órgãos municipais de políticas para as mulheres estado afora”.**

Nas relações internacionais, Juliana teve atuação na Rede Mercocidades, onde eram realizadas trocas de experiências sobre as questões de gênero entre vários países do Mercosul. Em outubro de 2008, a Prefeitura do Recife e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) formalizaram um documento que estabeleceu a cooperação entre os dois órgãos. A parceria visou a maior inclusão das questões de gênero nas políticas e no orçamento municipal. O acordo foi para realizar um levantamento dos gastos promovidos pela administração, avaliando o que estava sendo feito, o que foi executado e como foram utilizadas as verbas destinadas às ações de gênero.

**Juliana destacou que a Lei Maria da Penha, de agosto de 2006, foi um marco na dinâmica do Centro de Referência Clarice Lispector, uma vez que estabeleceu como direitos e prerrogativas demandas que antes dependiam de subjetividades no âmbito da polícia, do Poder Judiciário ou de outras esferas relacionadas à resposta à violência contra as mulheres.** O serviço recebia demandas de violência doméstica e sexista, indo além da Lei Maria da Penha, que não prevê casos de violência sexista além do âmbito doméstico. A grande repercussão da lei, no entanto, aumentou a

busca por atendimentos no Centro de Referência. Para dar conta dessa demanda, houve uma ampliação do número de advogadas/os, chegando ao total de quatro pessoas. Também nessa época, o Governo Federal ditou normas técnicas para a estruturação dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência. Foi um facilitador o fato de que muitas dessas normas eram baseadas na própria experiência dos serviços do Centro de Referência e da Casa Abrigo do Recife, que foram pioneiros no país.

Segundo a gestora, um grande desafio desse período foi o cruzamento de questões relacionadas à violência de gênero e aos grupos de extermínio e tráfico de drogas que atuavam na cidade. Nessa época, a equipe de profissionais do Clarice Lispector passou a enfrentar situações de ameaça e violência. Foi então necessária uma articulação com serviços de inteligência da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco para que os casos fossem solucionados.

Em março de 2007 ocorreu o Seminário 'Mulheres do Recife: Reunindo Experiências para Fortalecer Ações' que mobilizou cerca de 180 pessoas. A mesa de abertura foi composta por Juliana Cesar, titular da Coordenadoria da Mulher, pela conselheira do Fórum Temático da Mulher do Orçamento Participativo (OP), Cleonice da Silva Vieira e pelas representantes do Conselho Municipal da Mulher, Rejane Pereira e Josilene Carvalho. O

objetivo desse Seminário foi fortalecer as relações entre a Coordenadoria e organizações da sociedade civil.

**No mês de julho de 2008, com o tema ‘Consolidando Direitos’, ocorreu a IV Conferência Municipal da Mulher do Recife que teve por objetivo propor um plano de ação pela equidade de gênero.** Os subtemas da Conferência foram: educação não sexista, não homofóbica e antirracista; incentivo à participação das mulheres e controle social; gênero e desenvolvimento econômico; prevenção e assistência à violência contra a mulher; equidade de gênero na saúde e política de gênero com igualdade racial.

A relação da gestão com a sociedade civil se deu de forma muito positiva. Juliana era uma pessoa conhecida pela atuação no movimento de mulheres e de direitos humanos e por isso considera que foi compreendida como uma aliada dos movimentos sociais. O diálogo com as mulheres se dava através das ações e plenárias do Orçamento Participativo, além das reuniões que aconteciam nos bairros para monitoramento de cada RPA da cidade. Nessas ocasiões, havia necessidade de explicar para as pessoas o papel dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Eram, portanto, espaços educativos e de discussão política. A partir de agosto de 2009, o OP passou a ter plenárias temáticas como o OP Mulher.

Outro canal de diálogo com a sociedade civil foi o Bloco ‘Nem com Uma Flor’. Nessa gestão o bloco carnavalesco ganhou

força com a estratégia de trocar a camisa do bloco por doações de materiais de higiene pessoal, que eram destinados à Casa Abrigo Sempre Viva. Os materiais informativos distribuídos no bloco incentivavam a denúncia e busca por ajuda. “As camisas tinham uma marca e tinham os números de telefone avisando que existia o Centro de Referência [Clarice Lispector], como entrar em contato com ele, receber informação e orientação”.

Essa gestão implementou uma mudança de estratégia para a qualificação profissional das mulheres. Até então, havia na Prefeitura cursos de formação que ocorriam de forma seriada. Em cada um dos módulos era trabalhado um tipo de ofício diferente: costura, marcenaria e construção civil, por exemplo. Então as mulheres sabiam um pouco de cada, mas como não eram especialistas, tinham dificuldade para serem incorporadas ao mercado de trabalho. A nova estratégia propôs a oferta de cursos para qualificação em áreas específicas. Um deles foi o Projeto "Estética Afro-Trançando Ideias", direcionado a mulheres residentes nas diferentes regiões do Recife. O Projeto ocorreu de agosto a outubro de 2007 e teve por objetivo desenvolver habilidades profissionais, estimular a cultura do associativismo e favorecer a qualificação e inserção no mundo do trabalho, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida das participantes.

Junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Coordenadoria da Mulher aproximou-se da sociedade através da Feira ‘Mulheres Tecendo a Economia Popular Solidária’. As feiras,

que desde 2005 eram montadas no térreo do prédio da Prefeitura, passaram a ocorrer de forma descentralizada nas RPA como forma de chegar mais perto das mulheres, nos seus bairros.

Aconteceram várias parcerias nessa gestão. Com a Secretaria de Educação houve um conjunto de ações para discutir a questão da educação não discriminatória. “A gente trabalhou em várias escolas municipais, com alunos, com professores. Foi muito interessante”. Houve também cooperação com a Secretaria de Saúde, para a discussão da saúde da mulher. A Coordenadoria ainda atuou em campanhas para a prevenção do HIV/AIDS em colaboração com a Saúde e a Gerência de Livre Orientação Sexual (GLOS)<sup>34</sup>. Outra parceria destacada por Juliana foi com a Secretaria de Comunicação. Através desse diálogo foi possível trabalhar questões de linguagens, cores e símbolos para que não fossem reproduzidos, nas peças publicitárias e nos textos de divulgação, conteúdos com sexismo, racismo, homofobia, lesbofobia ou transfobia.

Em setembro de 2009 o então prefeito, João da Costa, anunciou mudanças estruturais e a criação de novas secretarias. A Coordenadoria da Mulher ganhou status de Secretaria Especial e

---

<sup>34</sup> A GLOS é um núcleo vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal do Recife que atua como agente articulador para garantia da cidadania da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transexuais. Informações disponíveis em: <http://www2.recife.pe.gov.br/16/05/2016/gerencia-de-livre-orientacao-sexual-glos-0>

passou a ter atribuições de promover os direitos das mulheres em todo o Município, além de formular, desenvolver, articular, apoiar e monitorar políticas públicas que visassem melhorar as condições de vida das mulheres no Recife.

Juliana lamentou não ter havido o concurso público para montar um quadro de profissionais efetivo para atuar na política para as mulheres da Prefeitura. Ao final dessa gestão, o desenho institucional inicial não teve grandes alterações. Houve apenas pequenas modificações ao serem criados cargos de coordenadores/as, tanto da Casa Abrigo quanto do Centro de Referência – que passaram a compor o organograma da gestão.

## 6 Quinta Gestão: uma política mais perto das mulheres<sup>35</sup>

Adelle Conceição do Nascimento Souza

Nathália Diórgenes Ferreira Lima

Mulher negra, recifense, lésbica, casada há 33 anos, Rejane Pereira tem dois filhos, duas netas e uma forte ligação com o candomblé. É ativista do movimento negro e está ligada à rede de mulheres negras do Norte e Nordeste e de Pernambuco. Também coordena a articulação de mulheres de bairros e participa do Grupo de Mulheres Cidadania Feminina<sup>36</sup>. É formada em ciências teológicas e história. Professora, já lecionou teologia, mas atualmente dá aulas de história na rede pública de ensino.

Rejane não é filiada a nenhum partido, mas tem afinidade política com o projeto do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi gestora da Secretaria Especial da Mulher do Recife, entre 2010 e 2012, na gestão do prefeito João da Costa Bezerra Filho (PT).

A sua trajetória política e de militância começou na juventude, com foco principalmente no movimento de bairro: “estive sempre ligada à militância política, mas voltada sempre ao bairro que é o lugar da minha identidade”. Em meados da década de

---

<sup>35</sup> Esse texto foi construído a partir das respostas da gestora à entrevista além de consulta a documentos de domínio público, em especial o Diário Oficial do Município do Recife (DOM-REC).

<sup>36</sup> Trata-se de uma Organização Não Governamental criada em 2001 com o objetivo de defender os direitos das Mulheres. Informações disponíveis em: <http://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/vale-a-pena-conhecer-cidadania-feminina/>

1970, participou do movimento da comunidade do Alto da Foice, que hoje é conhecido como Alto Nossa Senhora de Fátima, localizado na Zona Norte do Recife. Lá, era vinculada ao jornal criado por mulheres, intitulado Jornal Abertura. Ela também foi ligada ao movimento eclesial de base da Igreja Católica.

Na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) participou do movimento estudantil, sendo diretora do Diretório Acadêmico de História e do Diretório Central das/os Estudantes (DCE). Ao terminar o curso e ingressar no serviço público, atuou no movimento sindical pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) durante doze anos. De acordo com Rejane, esse momento foi fundamental na sua formação militante e possibilitou uma boa articulação política, inclusive com a Prefeitura, acarretando no convite para compor a gestão.

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990 Rejane teve seu primeiro contato com o movimento de mulheres, através do Fórum de Mulheres de Pernambuco, no Morro da Conceição. Algum tempo depois, passou a ser coordenadora do Grupo de Mulheres Cidadania Feminina, realizando um trabalho com grande inserção em bairros como o Alto Nossa Senhora de Fátima e Alto José Bonifácio, como debate sobre temas como a história das mulheres, a violência de gênero e políticas públicas específicas para as mulheres.

Em 2001, a Prefeitura deu início ao programa Orçamento Participativo (OP), momento em que Rejane passou a ser delegada

com foco na temática dos bairros, devido à sua inserção. Como delegada do OP, pautou a melhoria da qualidade de vida das recifenses, buscando o fortalecimento da articulação das mulheres de bairro e a ampliação de discussões como o desemprego das mulheres negras. A atuação de Rejane no OP, a então coordenação do Fórum de Mulheres de Pernambuco e a participação da mesma nos conselhos Estadual e Federal de Políticas para as Mulheres proporcionaram o convite para assumir a Secretaria Especial da Mulher da Cidade do Recife, no ano de 2010.

Para a gestora, seu percurso nos movimentos sociais, prioritariamente nos movimentos de bairro, deram um tom de coletividade para sua gestão. Ela também ressaltou a importância das gestoras que a antecederam, afirmando serem grandes mulheres feministas e parceiras. Essas afinidades políticas facilitaram o processo de transição e de continuidade dos trabalhos quando assumiu a Secretaria Especial.

Rejane acredita que a política para as mulheres deve ser uma política de Estado, estruturada por este, mas construída coletivamente junto com o movimento feminista. Para ela, **“a política deve chegar cada vez mais perto de todas as mulheres, precisa ter nome, cor, sexo. Precisa estar viva”**. Como gestora, buscou imprimir um olhar de equidade na sua gestão, dando ênfase às vulnerabilidades, especificidades e

diferenças vivenciadas pelas recifenses. “Nós somos iguais em direito, mas diferentes no contexto de política. Se é uma política de Estado ela tem que atingir todas as mulheres, mas em especial as mulheres negras e pobres que são as que mais precisam da política”.

Em 2012, foi criado um grupo de trabalho sobre mulheres de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Afrobrasileira com o intuito de debater sobre identidade racial, identidade cultural e ancestralidade. Ainda neste mesmo ano foi realizado o III Encontro de Mulheres com Deficiência, em parceria com a Secretaria de Assistência e a Secretaria da Mulher de Pernambuco.

No que se refere ao fortalecimento da política para mulheres na cidade do Recife, desde o primeiro ano de sua gestão foram realizadas articulações para captação de recursos e definição de estratégias visando a consolidação da política para as mulheres. Uma dessas articulações foi realizada com o Programa do Orçamento Sensíveis ao Gênero do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), que teve como objetivo garantir e reafirmar o compromisso do governo municipal com um orçamento que priorizasse as questões de gênero.

Em 2011, em seu segundo ano de gestão, também foi firmado um acordo de cooperação com a Organização das Nações Unidas (ONU) através da assinatura do documento "Mulheres e o Orçamento Público". O referido documento teve o objetivo de destinar uma verba no valor de R\$ 50 mil para a criação de

"Núcleos de Formação em Orçamento Público". A proposta era que esses grupos fossem lugares de formação e qualificação de delegadas do Orçamento Participativo, principalmente sobre a temática de gestão de finanças municipais em todas as seis Regiões Político Administrativas (RPA) da cidade do Recife.

Outra grande ação da gestão de Rejane foi a instalação do Fórum Gestor de Gênero. O principal objetivo deste Fórum foi definir indicativos dos gastos públicos para políticas de gênero, além de ser agente facilitador na articulação entre a Prefeitura e os órgãos internacionais. O Fórum também procurou potencializar a participação das mulheres na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos espaços de controle social e no Plano Plurianual (PPA). Um dos maiores ganhos foi a incorporação da perspectiva de gênero na estruturação e desenvolvimento de toda a Prefeitura e a garantia da destinação de verbas específicas por parte de todas as secretarias para as políticas de gênero.

A atuação de Rejane também foi marcada pela participação ativa das mulheres e pelo cuidado em fortalecer e ampliar os canais de comunicação entre as mulheres e a administração municipal. **A realização da V Conferência Municipal da Mulher refletiu esse cuidado e possibilitou um espaço de formação política e de exposição das necessidades das recifenses.**

Em dezembro de 2012 foi lançado o I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, o documento contém 56 ações e 24

propostas referendadas durante a V Conferência. O Plano é composto pelos seguintes eixos: (a) educação não sexista, antirracista, não-homofóbica/não-lesbofóbica e laica; (b) participação e controle social; (c) assistência e prevenção à violência contra a mulher; (d) política de gênero com igualdade racial; (e) gênero, trabalho e renda; e (f) equidade de gênero na saúde, cuja elaboração ficou sob responsabilidade do Conselho Municipal da Mulher.

A política de enfrentamento à violência também já estava estruturada quando Rejane assumiu a Secretaria Especial. Esta contava com a Casa Abrigo Sempre Viva, o Centro Clarice Lispector e ações nas comunidades. O Centro funcionava 24 horas, estruturado a partir de um orçamento de R\$472 mil. A Casa Abrigo contava com educadoras sociais e era gerenciado em parceria com o Governo do Estado.

Algumas parcerias nacionais e internacionais foram realizadas com foco nas mulheres vítimas de violência, buscando fortalecer o empreendedorismo e sua autonomia financeira, facilitando o rompimento com seus ciclos de violência. Uma dessas parcerias foi realizada com o governo italiano, em 2010, a partir do recebimento de financiamento do projeto 100 CITTÁ (100 Cidades), que tinha como objetivo o empoderamento econômico e a inserção das mulheres vítimas de violência no mercado de trabalho.

Outra parceria foi estabelecida entre a Prefeitura do Recife e a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres da Presidência

da República (SPM-PR) e a Casa da Mulher do Nordeste<sup>37</sup>. O caso também se relacionava ao fomento do empreendedorismo, com a realização de cursos de confecção de bijuterias para as mulheres vinculadas ao Centro de Referência Clarice Lispector e à Casa Abrigo Sempre Viva.

Outra ação relacionada especificamente ao combate à violência contra a mulher foi a implantação de Núcleos de Escuta nas seis regiões do município, junto aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Os Núcleos tinham por objetivo garantir escuta e acolhimento de mulheres em situação de violência. Cada Núcleo deveria ser composto por duas/dois profissionais do CRAS e três moradoras de cada área.

O orçamento anual da Secretaria, segundo Rejane, era proveniente de um pacto com as 16 Secretarias Municipais. Parte do montante era destinado para a Secretaria Especial da Mulher e o restante dos recursos eram mobilizados a partir das outras secretarias, dentre elas Saúde e Educação. Houve, ainda, articulação de âmbito nacional com a Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) através da aprovação de seis projetos para serem executados no Recife. Ademais, a Secretaria Especial da Mulher dispunha de quatro

---

<sup>37</sup> A Casa da Mulher do Nordeste (CMN) é uma organização não governamental feminista fundada em 1980 com o objetivo de contribuir para a autonomia econômica e política das mulheres. Informações disponíveis em: <http://www.casadamulherdonordeste.org.br/>

emendas parlamentares para tornar possíveis as suas ações. Os recursos para viabilizar a Conferência da Mulher, segundo a gestora, partiram da verba de projetos.

Ao final do ano de 2012 foi anunciado que a Prefeitura do Recife receberia o Selo Pró Equidade de Gênero e Raça, concedido pelo Governo Federal, através da Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), da Organização das Nações Unidas ONU Mulher (Agência das Nações Unidas para o Empoderamento da Mulher) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Ao avaliar esses 15 anos de construção e consolidação de uma política para as mulheres na cidade do Recife, através das sete gestores nas coordenadorias e secretarias da Mulher do Recife, Rejane acredita que a política para as mulheres erguida na cidade é fruto da luta e da condução do movimento feminista. Não apenas porque este movimento cobrou do Estado os seus direitos, mas também pelo próprio tom dado em cada gestão. As gestoras que iniciaram esse processo construíram uma identidade de política para as mulheres no Recife que resultou em uma reafirmação do movimento feminista local. Porém, Rejane nos alerta sobre as fragilidades das políticas para as mulheres. Ela avalia que a atual crise política no Brasil ameaça os 15 anos de política para as mulheres no Recife.

## **7 Sexta gestão: oficialmente é criada a Secretaria da Mulher do Recife**

Raíssa Barbosa-Araújo  
Céu Cavalcanti Silva

Sílvia Cordeiro nasceu em Alagoas, formou-se em medicina, tem uma filha e é avó de duas crianças. Como médica, trabalhou em ambulatorios, serviços de emergência e em maternidades de algumas cidades do interior do Nordeste. Feminista, foi uma das fundadoras do Centro das Mulheres do Cabo, uma Organização Não Governamental que há trinta anos atua com as mulheres do município do Cabo de Santo Agostinho, na região metropolitana do Recife e da mata sul do Estado.

Aproximou-se da gestão municipal já em 2002, através do convênio entre o Centro das Mulheres do Cabo e a Prefeitura da Cidade do Recife. Na ocasião da formulação, estruturação e formação técnica da equipe do Centro de Referência Clarice Lispector, a gestão municipal contou com a expertise do movimento feminista e do Centro das Mulheres do Cabo, coordenado à época por Sílvia.

Em 2013, foi convidada pelo prefeito Geraldo Julio de Mello Filho (PSB) para atuar como gestora da política para as mulheres do Recife, permanecendo no cargo até dezembro de 2014. É também em 2013 que a Secretaria Especial da Mulher tornou-se Secretária da Mulher. Sílvia atribuiu o convite à sua capacidade

política de diálogo, de construir alianças, de ouvir pessoas, além de ter atuado como militante feminista na implementação da política de enfrentamento à violência de gênero. Experiente na atuação em ONG, espaço onde há grande autonomia política, contou que enfrentou o desafio de aprender sobre os meandros do funcionamento do Estado. Entretanto, ela avalia que se surpreendeu positivamente com sua capacidade de compreender como funciona a engrenagem estatal.

A gestora acredita na democratização do Estado através de políticas públicas que incluam as pessoas em sua condição de sujeito político.

**“Políticas para as mulheres são políticas elaboradas e planejadas a partir do conceito do gênero. (...) São políticas para democratizar um Estado patriarcal, um Estado autoritário, um Estado patrimonialista. É ousado! E quem construiu essas políticas não foi qualquer mulher, foram as feministas que disseram: queremos participar, podemos mudar o Estado e a vida das mulheres!”**

De acordo com Sílvia, as políticas para mulheres devem ser estruturadas para atender as múltiplas identidades. “Você pode ser negra, lésbica, deficiente, enfim, idosa. Então as mulheres trazem em seus corpos e escolhas várias identidades. Mas a identidade que nos aproxima é ser mulher.” Sobre o debate da

transexualidade, há a necessidade de apresentar o feminismo para as 'novas mulheres', disse Sílvia.

Para ela, ainda é necessário apresentar para a sociedade e para o conjunto da gestão municipal quais são as demandas das mulheres. “Vocês estão incomodadas com estupro? Com a violência doméstica e familiar? Temos que entender que para enfrentarmos essas questões tem que existir uma Secretaria da Mulher. **É necessário dizer que tem que ter recursos para a Secretaria da Mulher**”. Há grande importância de fortalecer a Política para Mulheres garantindo uma institucionalidade capaz de promover os direitos das mulheres, com elaboração de planos de trabalho, dotação orçamentária, estratégias de controle social, formulação de leis, seleção de pessoal e concursos públicos.

Sílvia avalia que a política estruturada no município no período anterior a sua gestão deixou um importante legado, mas por ser uma Secretaria Especial ligada ao gabinete do Prefeito, necessitava de uma maior institucionalidade. “A primeira ação que fizemos no sentido de ouvir as lideranças, foi a plenária das mulheres, para validar um Plano de Trabalho que foi entregue no dia 31 de dezembro de 2012. Um plano que foi contratado para ser feito<sup>38</sup>. Fizemos a plenária das mulheres e discutimos o Plano de

---

<sup>38</sup> A redação final do documento foi elaborada pelo SOS Corpo-Instituto Feminista para a Democracia.

Trabalho, para que tivesse sintonia com o plano de ação de uma Secretaria Municipal.”

Na sua gestão, o organograma da Secretaria foi estruturado contendo o Gabinete da Secretária; uma Secretaria Executiva; uma Gerência de Relações Intersetoriais; uma Gerência Geral de Gestão e Planejamento; uma Gerência de Fortalecimento Sócio Político e Econômico; e uma Gerência de Promoção da Cidade Segura para as Mulheres. Essa última, responsável pelas ações de enfrentamento à violência contra a mulher. Além disso, havia uma Unidade de Apoio à Promoção da Cidade Segura para as Mulheres; uma Unidade Gestora de Desenvolvimento Social, Econômico e Sustentabilidade; e uma Unidade Gestora de Segmentos Sociais e Instâncias Mistas.

Foi destaque nessa gestão a ampliação do quadro funcional, pela realização de uma seleção simplificada. No início da gestão, trabalhavam na Secretaria cerca de trinta pessoas. Segundo Silvia, esse número cresceu para mais de cem por meio da seleção simplificada. Embora considere a importância de ocorrerem concursos públicos para a efetivação da Política, a gestora ressaltou a necessidade de sensibilidade para trabalhar com as demandas muito particulares. A qualificação de profissionais para trabalhar com política para mulheres é, para ela, um desafio.

No início de sua gestão, a política de enfrentamento à violência de gênero contava com dois equipamentos: o Centro Clarice Lispector e a Casa Abrigo Sempre Viva. Esta última, passou

a integrar a rede de casas abrigo do Estado. Para tanto foi firmado um termo de cooperação técnica com a Secretaria da Mulher de Pernambuco que passou a se responsabilizar pela manutenção da unidade. Além disso, o bloco carnavalesco 'Nem com Uma Flor' foi fortalecido como ação de prevenção. No que se refere ao controle social da política o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres foi fortalecido com a criação de comissões temáticas de trabalho.

O apoio ao empreendedorismo das recifenses se deu através da Rede 'Tecendo a Economia Popular e Solidária'. A Rede já mantinha relação com a Prefeitura, mas foi necessário realizar ajustes conceituais, segundo a gestora. Em fevereiro de 2013, houve uma reunião com representantes dessa Rede para planejar e ampliar a participação das artesãs na FENEARTE - feira de artesanato de âmbito nacional que ocorre anualmente no Recife. A intenção da Secretaria foi fortalecer a autonomia da Rede.

Em março de 2014, a Secretaria da Mulher do Recife lançou um curso de formação sócio política denominado 'Artesãs tecendo a cidadania', que contou com a participação de 150 mulheres. No curso foram realizadas formações para incentivar o empreendedorismo e garantir acesso a informações sobre a organização da economia e oportunidades no mercado de trabalho. Essa ação foi executada pela Federação dos Círculos Operários de Pernambuco (FECOPE), utilizando recursos do município e do Governo Federal. Nesse mesmo mês, mulheres catadoras de

material reciclável receberam certificado de outro curso, o de Gestão de Resíduos, ligado ao 'Programa Mulher, Trabalho e Renda'. Este contou com a parceria da Empresa Municipal de Limpeza Urbana (EMLURB) e foi executado pela Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE)<sup>39</sup>.

O fortalecimento da inclusão econômica com o recorte de gênero está presente na Lei Municipal Nº 17.875, de junho de 2013, que apresenta as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2014. No eixo de Direitos Humanos, Proteção e Emancipação Social, já no artigo I, referente à Política para Mulheres, consta a seguinte redação: "Incentivo a programas de inclusão produtiva e de combate à violência. Ampliação do número de creches e acesso à educação formal".

Durante a gestão de Sílvia foram lançadas as campanhas 'Maria da Penha Vai à Escola: Construindo a Igualdade' e a 'Ser feliz, eu vou, é meu direito'. A primeira foi lançada em maio de 2014 e realizou oficinas temáticas com as comunidades das escolas municipais do Recife. A segunda campanha fez parte dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, comemorado mundialmente entre 25 de novembro e 10 de dezembro.

Também em 2014, em março, foi lançado o Plano de Enfrentamento à Violência, através do Decreto Municipal Nº

---

<sup>39</sup> A FASE é uma Organização Não Governamental criada em 1961 com o objetivo de desenvolver ferramentas metodologias educativas voltadas para a promoção de cidadania em contextos urbanos e rurais. Informações disponíveis em: <http://fase.org.br/>

27.854. O documento teve como finalidade a promoção e proteção dos direitos das mulheres em situação de violência e o desenvolvimento de uma cultura de respeito às diversidades de gênero, contribuindo para a redução dos índices de violência contra a população feminina. O Plano prevê ações descentralizadas e integradas com os órgãos públicos municipais, estaduais e federais, e em parceria com os poderes legislativo e judiciário. São previstos no Decreto sete eixos norteadores do Plano: I - Prevenção, II - Proteção, III - Punição, IV - Assistência, V - Produção de Conhecimento, VI - Transversalidade e Intersetorialidade, VII - Participação da Mulher e Controle Social.

Sílvia reconhece que a relação com a sociedade civil, durante sua gestão, foi conflituosa. Por vezes, foi questionada sobre o fim da temática no Orçamento Participativo, o OP Mulher. Entretanto, ela avaliou que foi uma relação respeitosa e propositiva. Houve propostas de ação para as mulheres com deficiência, as negras, as lésbicas a partir do apoio aos eventos promovidos pelo movimento.

“A idéia foi construir comissões específicas para tratar de cada pauta. Nos dois primeiros anos foi possível a identificação dos grupos e durante a gestão as diversas organizações foram recebidas pela Secretaria. Em todas as RPA foram promovidas reuniões e encontros para escuta das demandas das mulheres. As reuniões mensais da Coordenação Colegiada do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher foram realizadas com a participação da secretária. Mesmo diante de dificuldades no entendimento do papel do

Conselho, foi possível realizar reuniões de planejamento e monitoramento, além de fazer funcionar as câmaras temáticas”.

A gestora destacou a necessidade de diálogos internos com as estruturas do governo municipal, como também a importância das relações intersetoriais. Destacou três parcerias estratégicas estabelecidas durante sua gestão: com a Saúde, especialmente para a formulação de propostas para o Hospital da Mulher, que começou a ser construído no ano de 2013<sup>40</sup>; a parceria com a Educação, para a referida ação Maria da Penha Vai à Escola; e na área de Segurança Pública, com o objetivo de integrar o Pacto pela Vida do Recife, a partir do Programa Cidade Segura para as Mulheres.

O mês de novembro de 2013 foi marcado pela reforma e ampliação do Centro Clarice Lispector e a inauguração do Centro da Mulher Metropolitana Júlia Santiago. Até então, o Clarice Lispector atendia uma média mensal de 100 mulheres. Com a reestruturação, passou a ter como possibilidade acolher mensalmente 280 mulheres. O Centro da Mulher Metropolitana, inaugurado em parceria com a Secretaria da Mulher de Pernambuco, fica localizado no bairro de Brasília Teimosa, na Zona Sul do Recife.

---

<sup>40</sup> Segundo Silvia, nessa ocasião “foi pactuado um Centro de Referência para o atendimento à mulher em situação de violência sexual, funcionando com uma unidade do Instituto Médico Legal (IML). Essa pactuação deu origem ao atual Centro Sony Santos e também à construção de uma proposta de atendimento diferenciado ao conjunto dos segmentos que formam a população feminina do Recife”.

Esse Centro tem o objetivo de oferecer à população feminina cursos de capacitação para facilitar o ingresso delas no mercado de trabalho.

Ao longo da gestão, as ações foram desenvolvidas com recursos do Tesouro Municipal e de captação do Governo Federal, através da Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República. Sílvia também destacou a negociação de recursos para a Secretaria por meio de um empréstimo com o Banco Mundial.

O orçamento municipal para a Política para as Mulheres, durante o período de sua gestão, foi construído junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura e levou em consideração a estrutura, o pagamento do quadro funcional, os cargos comissionados e ações a serem desenvolvidas. Sobre a questão dos recursos financeiros, Sílvia comentou: **“Então essa é uma disputa eterna, justificar o porquê da política para as mulheres. Uma vez que o Estado foi idealizado para atender demandas universalistas, políticas para segmentos são inovadoras”**.

Ao avaliar os quinze primeiros anos da Política, Sílvia afirma que esta foi inovadora sob todos os aspectos. Foram momentos de pioneirismo com avanços e retrocessos:

“Houve momentos de muita disputa principalmente no interior da máquina pública e com o movimento social também. Uma política dessa envergadura tem que ter uma institucionalidade definida e recursos

orçamentários garantidos. A política pública para mulheres na capital é desafiadora, tem que ser larga, menos partidarizada, tem que falar com as mulheres considerando a condição feminina individual e coletiva, tem que compreender o estar no mundo público para as mulheres, tem que ter referência e inspiração no feminismo para se sustentar ideologicamente, tem que ter estratégias e tem que se abrir para as diferenças. E, principalmente, tem que ter inserção na sociedade. Um dos caminhos é a manutenção da relação transparente com o movimento social de mulheres”.

## **8 Sétima gestão: ampliando o diálogo com os Direitos Humanos<sup>41</sup>**

Daniele Cristine Cavalcanti Rabello

Elizabete Godinho tem 50 anos, é paraense e mãe de um menino. Mulher indígena, sua origem é vinculada principalmente às etnias Caiapó e Munduruku, da região do Tapajós. Ela é a atual gestora da Secretaria da Mulher do Recife, empossada em março de 2015, na gestão do prefeito Geraldo Julio de Mello Filho (PSB).

Com formação acadêmica na área jurídica e se reconhecendo como mulher em uma sociedade extremamente desigual, sentiu-se impulsionada desde a adolescência a buscar espaços de discussão sobre justiça social. Sua trajetória ligada ao movimento sindical e de luta pela terra deram-lhe o foco dos direitos humanos.

Vinculada à Comissão Pastoral da Terra e, a partir de 1999, foi convidada para ser advogada do processo de nacionalização do Programa Federal de Proteção às Testemunhas, na coordenação do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP). Isso se deu devido à discussão dos programas de proteção às testemunhas no país e ao enfrentamento dos grupos

---

<sup>41</sup> Esse texto foi construído a partir das respostas da gestora à entrevista além de consulta a documentos de domínio público, em especial o Diário Oficial do Município do Recife (DOM-REC).

de extermínio em Pernambuco. Já em 2008, Elizabete foi gerente de Prevenção e Mediação de Conflitos, da Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco. E no ano de 2013, no município do Recife, foi Secretária Executiva em Direitos Humanos.

Para a gestora, é preciso adaptar as políticas públicas às necessidades das mulheres, especialmente, dos segmentos das negras, lésbicas, bissexuais, transexuais, com deficiência e idosas. Em sua visão, as políticas públicas para as mulheres devem promover o exercício da cidadania, da condição de sujeito e da plenitude da liberdade de direito. **“São mulheres diversas e a gente precisa ter um conjunto plural de ações que atenda a essas especificidades. Hoje tem uma reivindicação muito forte do reconhecimento do segmento de mulheres trans.”**

Elizabete afirma que o Recife foi uma cidade pioneira e protagonizou nacionalmente suas conquistas de quinze anos de política para as mulheres, passando por seis conferências municipais. **Ocorrida em dezembro de 2015, a VI Conferência Municipal da Mulher teve como tema ‘Mais política e poder para as mulheres’.** Os grupos de trabalho foram formados para debater os seguintes eixos: sistema de políticas para as mulheres; mulher e direito à cidade; enfrentamento à violência; educação não-sexista, antirracista, não-lesbofóbica, não-transfóbica e laica;

**atenção integral à saúde das mulheres e respeito aos direitos sexuais e reprodutivos; autonomia econômica das mulheres e sistema político com participação e igualdade para as mulheres.** Durante a Conferência, foram eleitas representantes da sociedade civil e do segmento das servidoras para o Conselho Municipal da Mulher, no triênio 2015-2017.

Nesta gestão, o eixo de enfrentamento à violência permanece em destaque. “Eu tenho total clareza de que esse eixo de enfrentamento à violência é o mais desafiante”. Elizabete considera a Lei Maria da Penha como um dos principais marcos normativos do país, pois nela se materializa uma das grandes lutas feministas. A Lei tornou-se um marco por ter vindo de uma esfera internacional dos direitos humanos, que assegurou e condicionou que o Estado não fosse omissivo e tolerante com a violência doméstica contra as mulheres.

Com respeito ao organograma da Secretaria, o mesmo está composto por uma secretária municipal, duas secretárias executivas, uma responsável pelos segmentos de mulheres e outra pelo suporte à política para as mulheres. São quatro gerências gerais: Relações Intersetoriais, Planejamento e Gestão, Promoção de Cidade Segura para as Mulheres e Promoção de Fortalecimento Sociopolítico Econômico de Mulheres. Em cada uma delas há um

conjunto de pessoas que operacionalizam as ações<sup>42</sup>. Existem atualmente dois serviços vinculados à Gerência de Promoção de Cidade Segura que são o Centro Clarice Lispector e o Centro da Mulher Metropolitana Julia Santiago.

Também está em andamento o Programa “Maria da Penha vai à Escola”, em parceria com a Secretaria de Educação, que realiza ações de educação não sexista e de igualdade entre meninos e meninas nas escolas. Um novo decreto de Nº28.980/2015 visou efetivar ações de educação que incluem a ação “Maria da Penha vai à Escola” de forma mais ampla para todos os segmentos da sociedade, com equidade entre os sexos, respeito às diversidades, atendimentos específicos que se façam necessários, bem como encaminhamentos à rede e sistematização das atividades.

Em 2013, quando foi criada a Secretaria da Mulher do Recife como unidade gestora, com possibilidade de autonomia, captação e execução de seu orçamento, tornou-se necessário que a secretaria tivesse um corpo técnico próprio por meio de um concurso público. Para Elizabete, é condição fundamental o acontecimento desse concurso para garantir a autonomia dos recursos deste campo de execução da política pública para

---

<sup>42</sup> O quadro de todos os cargos de comissão em direção, assessoramento superior e apoio da Secretaria da Mulher podem ser encontrados no Decreto Nº 28.891 de 19 de junho de 2015, publicado no DO em 20 de junho de 2015. Este foi acrescido ainda de duas chefias em um novo Decreto Nº 29.751 de 13 de julho de 2016.

mulheres. O concurso ainda não ocorreu e a Lei 18.122/2015 possibilitou a contratação temporária para os cargos de analistas e técnicas, sendo passível de prorrogação por 12 meses. O quadro de pessoas atuando no órgão circula em torno de 73 pessoas, no entanto, identifica-se a necessidade de cerca de 130 pessoas.

No que se refere à relação com a sociedade civil, a descentralização aparece, para a secretária, como uma marca. A gestão mantém uma relação direta com todos os bairros e com as mulheres, com coletivos feministas diversos e com universidades. Nesse sentido, considera o Centro Comunitário da Paz (COMPAZ)<sup>43</sup> como um espaço estratégico.

**“A descentralização é uma estratégia forte pra assegurar a essas mulheres a possibilidade, não só de saber da política pública, de acompanhar, mas de, principalmente, monitorar essa política pública. Saber o que ela é, o que está acontecendo, o que o município está propondo, o que não aconteceu. Enfim, eu acho que essa é uma das principais contribuições que nós estamos deixando, fechando o ciclo dessa gestão”.**

---

<sup>43</sup> O COMPAZ foi criado no ano de 2016 com o objetivo de promover a cidadania e cultura de paz, através do oferecimento de diversos atendimentos e atividades esportivas. Existe apenas uma unidade na cidade do Recife, no bairro do Alto de Santa Terezinha. Um segundo COMPAZ está em fase de finalização de sua obra, no bairro do Bongi.

Durante a gestão de Elizabete, ocorreram formações sociopolíticas sobre raça, gênero, diversidade sexual e mulheres com deficiência. Participaram desses espaços moradoras de todas as Regiões Político Administrativas do Recife. Também foi realizado um projeto com 50 mulheres catadoras de materiais recicláveis, da comunidade Palha de Arroz, selecionadas por terem baixa renda e escolaridade.

Um dos programas que deu continuidade em sua gestão foi o Projeto Artesãs Tecendo Cidadania, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento e Empreendedorismo, que realiza ações de formação e espaços de comercialização dos produtos confeccionados. As mulheres envolvidas com o projeto estiveram presentes na XVI FENEARTE (Feira internacional de Arte em Pernambuco), junto a outros grupos de economia popular e solidária.

A gestora disse buscar atuar de forma intersetorial, com um olhar integral à mulher. Como exemplo, cita a relação com o Hospital da Mulher da Cidade do Recife Doutora Mercês Pontes Cunha<sup>44</sup>, onde acredita que a saúde pode ser trabalhada de forma integral. Para Elizabete, o Programa Mãe Coruja<sup>45</sup>, é de grande importância na discussão sobre direitos sexuais e direitos

---

<sup>44</sup> O Hospital foi inaugurado em maio de 2016 e é gerenciado pelo Hospital do Câncer de Pernambuco.

<sup>45</sup> O programa foi criado em Recife no ano de 2007 seguindo o modelo do Mãe Coruja do Estado de Pernambuco. Tem por objetivo reduzir a mortalidade materna e infantil. Mais informações em: <http://portal.saude.pe.gov.br/>

reprodutivos e de índices de mortalidade materna. Mais recentemente ampliou-se a necessidade de alinhar com a Secretaria de Saúde Municipal estratégias de atenção às mulheres, a partir do marco dos direitos sexuais e reprodutivos, da questão das arboviroses<sup>46</sup>, como dengue, *zika* e *chikungunya*, e dos bebês com microcefalia.

Ainda na perspectiva das ações intersetoriais, junto ao COMPAZ, têm sido articuladas a segurança urbana e ações de prevenção nos territórios. Com a Secretaria de Turismo, mantém uma relação de divulgação das campanhas de prevenção da violência contra a mulher a partir dos eventos planejados. Na parceria com a Secretaria de Cultura, destaca-se a campanha do carnaval do bloco ‘Nem com uma flor’, que há 15 anos gera visibilidade das ações da Secretaria no que tange à violência contra a mulher. Também relatou que no último Festival de Literatura, no ano de 2016, as produções das mulheres ganharam destaque. **“Incorporar essa dimensão intersetorial ajuda a fazer uma construção pedagógica interna nas estruturas do Estado e dar uma atenção a essas necessidades, a essas especificidades e a esse papel público da mulher, seja**

---

<sup>46</sup> Arboviroses: doenças causadas pelos chamados arbovírus, que incluem o vírus da dengue, *Zika Virus*, Febre *chikungunya* e febre amarela. Esta necessidade deu-se a partir de epidemias que vem acontecendo na cidade do Recife desde 2015 e que mais recentemente tem sido associadas a problemas de microcefalia em crianças recém-nascidas.

**como usuária na política pública, seja como agente pública também”.**

A principal fonte de recursos para essa política é o tesouro municipal. “Nosso orçamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, neste ano de 2016, considerando o todo, administração, funcionamento do organismo, pessoal, custeio, tinha um volume de nove milhões de reais.”

Além disso, está em vias de finalização um convênio com a União Europeia, do qual o orçamento já foi implementado em ações. Os recursos, atualmente, vêm pelas relações internacionais, através de reuniões com consulados e representações no Recife de países interessados nas experiências do organismo de política para as mulheres. Pelas circunstâncias pelas quais passou e vem passando o Governo Federal nos últimos dois anos<sup>47</sup>, não há horizonte de captação e perspectiva de criação de um sistema nacional de financiamento das políticas para as mulheres.

Elizabete alerta para a necessidade de constante vigilância frente às usurpações que se tentam fazer às vozes das mulheres. **“Muito simbólicos esses quinze anos, porque não tratam apenas de uma história para a cidade do Recife, eles simbolizam, sobretudo, um marco na história nacional para as mulheres no Brasil”.** Para ela, há a necessidade de as

---

<sup>47</sup> Situação denominada pela mídia de “crise financeira e política” que culminou com processo de golpe parlamentar à Presidência da República.

mulheres dizerem “não” aos retrocessos e às negações dos seus direitos. Hoje, em 2016, vivenciando uma difícil conjuntura política, ela fala da importância do fortalecimento das políticas para as mulheres. Apesar de perceber a delicadeza desse momento, afirma que se estimula como cidadã ao ver as mulheres na rua, não se omitindo, não se intimidando e buscando uma construção coletiva com o Estado. “Ainda há muita luta pela frente, pois tanto sociedade civil quanto Estado não estão fortalecidos e só há democracia quando estes se entrelaçam”.

A partir de todo o exposto, é possível perceber que a política para as mulheres é uma necessidade que foi exigida e conquistada, que precisa ser assumida como política de Estado e não de Governo. **“Fazendo jus a esse processo de conquista das mulheres, como algo tão necessário na sociedade, em forma de resistência (...) Não vamos deixar que ninguém nos tire esse direito no grito, nós também vamos gritar”**.

## **9 Algumas considerações provisórias e contingentes**

Karla Galvão Adrião

Laerte de Paula Borges Santos

Esse texto surgiu em um movimento de avaliação e articulação de diferentes dispositivos, para manter viva uma memória das políticas construídas para as mulheres cis e trans, ao longo de 15 anos em Recife. Esse movimento de contar histórias de idas e vindas sobre a possibilidade de garantir direitos negados há tanto tempo às mulheres, é uma forma de resistir e de manter a existência dos caminhos já trilhados.

Foram muitos afetos produzidos até aqui, tramados em um contexto político marcado por eclosão de agendas antidemocráticas, que tenta cada vez mais cercear as conquistas das mulheres e de suas vozes subalternas que querem e podem falar sobre as desigualdades que atravessam suas histórias.

Portanto, apresentamos a história dos 15 anos de gestão pública municipal das coordenadorias, secretaria especial e secretarias de políticas para as mulheres, através do olhar e do posicionamento de suas gestoras. A criação de secretarias voltadas para uma população que sofre discriminação secular de distintas maneiras, tem a importância de garantir que ações afirmativas em forma de políticas públicas sejam construídas a partir do lugar do Estado.

A necessidade de criar políticas afirmativas vem da compreensão de que há grupos específicos em nossa sociedade que necessitam de apoio e proteção do Estado para alcançarem o mínimo de direitos, que outros grupos privilegiados socialmente já conquistam de maneira “natural”. Portanto, mulheres aqui representadas indiretamente através das políticas que foram formuladas, puderam acessar espaços antes inalcançáveis.

As ações implantadas pelas diferentes gestões do município, nestes 15 anos, de 2001 a 2016, foram sendo reconfiguradas e repensadas através das múltiplas demandas sociais que surgiram no debate acerca da garantia e da afirmação dos direitos das mulheres, a exemplo da necessidade de inclusão das mulheres trans e mulheres negras nos espaços de representatividade pública.

Dessa forma, vemos a dinamicidade dos processos históricos. Seus tensionamentos produzidos por diversas atrizes nesse cenário, foram colocados aqui: a conjunção das forças dos movimentos de mulheres e feministas, das produções teóricas no espaço da academia, e de como essas se tornavam pressões para construção de novas políticas e/ou de reordenamento de políticas já implementadas na esfera governamental.

Diante de tamanhos retrocessos que têm atravessado a constituição dos espaços de poder, desde 2016 até o presente momento, torna-se urgente que nos mantenhamos juntas e de pé, para que continuemos a tensionar a lógica hegemonicamente

masculina, branca, de elite, cisgênero e colonial que orienta as diferentes esferas de governo. Nós mulheres, todas, somos importantes no processo de transformação das injustiças sociais.

Acessar direitos através do Estado é mais que legítimo, pois fala de uma noção de governamentalidade que não traz exceção nem desamparo. Nessa perspectiva de memória e história de políticas públicas é que precisamos persistir.

Nenhum direito a menos pra todas nós!

### **Sobre as Autoras(es):**

**Adelle Conceição do Nascimento Souza** é mulher negra e feminista. Psicóloga e sanitária. Mestre em psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Desenvolve pesquisas sobre política de drogas em interface com o feminismo descolonial e feminismo negro.

**Arielson Marcello Alves do Nascimento** é um homem negro, cisgênero e bissexual jaboatonense, das periferias de Piedade. Graduando em psicologia na Universidade Federal de Pernambuco, é militante do movimento estudantil. Atualmente pesquisa temas relacionados ao debate racial, de classe e de gênero.

**Céu Cavalcanti Silva** é pernambucana, psicóloga, branca, mulher trans bissexual e feminista. Tem mestrado em psicologia pela UFPE e atualmente cursa doutorado em psicologia pela UFRJ. Vem atualmente pensando a relação entre teorias de gênero e criminologia, atentando para a relação entre as políticas sobre drogas, a criminalização da prostituição e encarceramento de mulheres trans.

**Daniele Cristine Cavalcanti Rabello** é mulher recifense, nascida e criada na classe média na Zona Sul e “na praia”. Psicóloga, docente, branca, hétero, casada e feminista. Mestre e doutoranda em Psicologia pela UFPE. Tem atuado com o debate em torno das questões de gênero, sexualidade, família, direitos humanos e justiça social.

**Francis Deon Kich** é gaúcho, formado em Psicologia pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Homem cisgênero e gay, se dedica aos estudos das práticas

eróticas na interface com as identidades de gênero transmasculinas.

**Giovana Meinberg Garcia**, paulista, branca, identifica-se como cisgênera e heterossexual. É feminista, militante do SUS e educadora popular. Psicóloga pela Unesp, campus de Assis, fez residência em interiorização a saúde, e concluiu o mestrado em psicologia pela UFPE em estudos de transexualidade, travestilidade e acesso à saúde.

**Karla Galvão Adrião** é feminista, psicóloga e arteterapeuta, mestre em linguística (UFPE) e doutora em ciências humanas, com área de concentração em estudos de gênero (DICH/UFSC). Pós-doutora pela Pós-Graduação em Psicologia da Universidade da Cidade de New York (CUNY). É professora do Departamento e da Pós-Graduação em Psicologia (UFPE). Pesquisadora d'A Coletiva/Labeshu e do Frestas (UFPE). Investiga questões relativas aos direitos reprodutivos, direitos sexuais, processos grupais, gênero, feminismo, raça e classe, numa perspectiva pós-estrutural e decolonial.

**Laerte de Paula Borges Santos** tem graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é discente do curso de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPG-Psi) da UFPE e pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana (LABESHU/UFPE). Tem uma trajetória de investigação científica voltada para o estudo das questões de gênero, sexualidades, raça, encarceramento, sistema jurídico-penal e direitos humanos.

**Maria Conceição Costa** é psicóloga, mestre em psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutoranda em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Coordenadora Nacional da Articulação de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) Anpsinep. Ex-secretária Executiva da Mulher do Recife (2015-2017). Pesquisadora de

Feminismo Negro Interseccional. É da clínica psicológica antirracista. Professora Universitária.

**Marisa Dantas do Rego Barros** é olindense, feminista e graduada em comunicação social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente pesquisa feminismos e sexualidades no Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana (LABESHU), além de se dedicar às poéticas e políticas de arteterapia e do movimento feminista.

**Nathália Diórgenes Ferreira Lima** é recifense, feminista negra e militante da Marcha Mundial de Mulheres. É assistente social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestra em psicologia e doutoranda em psicologia pela mesma universidade. Atualmente desenvolve pesquisa sobre aborto e racismo no sertão de Pernambuco.

**Raissa Barbosa Araújo** tem formação em Psicologia na UFPE. Através do curso de mestrado estudou sobre sujeitos políticos dos movimentos das jovens feministas. Atualmente, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE, busca construir memórias sobre sujeitos políticos e Políticas Públicas para Mulheres no Brasil e em Moçambique. Sua formação política se iniciou no movimento estudantil da UFPE e também no movimento de mulheres em Pernambuco. Como psicóloga atua a partir das reflexões críticas feministas, anticoloniais e finalmente anticapitalistas.